

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E PROCESSO CIVIL**

Gabriel Julio Alves Carvalho

**A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO ESPAÇO ADEQUADO PARA TRATAMENTO DA  
LIDE SOCIOLÓGICA  
Uma releitura interdisciplinar do conflito nas famílias**

Porto Alegre  
2018

GABRIEL JULIO ALVES CARVALHO

**A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO ESPAÇO ADEQUADO PARA TRATAMENTO DA  
LIDE SOCIOLÓGICA**  
**Uma releitura interdisciplinar do conflito nas famílias**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Professora Doutora Simone Tassinari Cardoso

Porto Alegre  
2018

#### CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, Gabriel Julio Alves  
A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO ESPAÇO ADEQUADO PARA  
TRATAMENTO DA LIDE SOCIOLÓGICA Uma releitura  
interdisciplinar do conflito nas famílias / Gabriel  
Julio Alves Carvalho. -- 2018.  
72 f.  
Orientadora: Simone Tassinari Cardoso.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Direito, Curso de Ciências Jurídicas e Sociais,  
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Mediação de Conflitos. 2. Relações Familiares.  
3. Conflitos Familiares. 4. Lide sociológica. 5.  
Interdisciplinaridade. I. Cardoso, Simone Tassinari,  
orient. II. Título.

GABRIEL JULIO ALVES CARVALHO

**A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO ESPAÇO ADEQUADO PARA TRATAMENTO DA  
LIDE SOCIOLÓGICA**  
**Uma releitura interdisciplinar do conflito nas famílias**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Aprovado em \_\_\_\_ de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Simone Tassinari Cardoso

---

Professor(a)

---

Professor(a)

Porto Alegre  
2018

Pois d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas.  
A Ele seja a glória para sempre! Amém.  
(Romanos 11:36)

## AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus pela oportunidade de estudar. Tenho convicção que todos os privilégios de minha trajetória acadêmica foram desenhados por Ele, muito antes que eu pensasse em cursar uma graduação.

Agradeço à minha mãe, Mírian, e ao meu pai, Orélio, por permitirem que o ninho ficasse vazio e por me ensinarem a voar.

Ao meu irmão Guilherme, por ser o responsável da escolha de Porto Alegre. Obrigado *ermão* por sempre enxergar o melhor em mim e por me presentear com o dom de ser tio e padrinho.

Ao Núcleo Fides, por cada lágrima e conquista compartilhada. Por cada oração de apoio e incentivo à vida e, em especial, a esse TCC.

*A los chicos y chicas de la sexta edición del Programa para el Fortalecimiento de la Función Pública en América Latina de la Fundación Botín. Mis verdaderos hermanos y hermanas latinoamericanos.* Em especial, aos cinco brasileiros que tenho a honra de chamar de Ohana: Leo, Arthur, Rha, Carol e Bea.

À minha família rondonista, Abreu, Bia, Lu, Jurley, Mário, Nati e Álvaro, por nossas histórias terem se cruzado e pelo vínculo que conseguimos criar a partir disso.

À ABU, por ter me mostrado que “crer é também pensar” e que a fé e a razão devem andar juntas.

Ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS. Espaço de luz e esperança dentro da Faculdade de Direito, onde o aprendizado é muitas vezes maior do que aquele da sala de aula. Em especial ao GM, meu grupo do coração, que me apresentou o universo da Mediação de Conflitos.

À Tati, ao Martín, ao Hugo, ao Vitor, à Vivi, ao Samuca, ao Lucas, por terem contribuído com esse trabalho, ajudando com os desafios acadêmicos. À Ana, por ter trazido uma cor especial a esse final de faculdade tão turbulento e ter feito esse TCC criar forma.

À minha professora Simone, por ser mais que uma orientadora. Gratidão pela confiança depositada e pela sempre presente dedicação – mesmo nesses anos de espera e chegada do Antônio.

*Le preguntaron al Maestro:*

*- La gente dice que eres un genio, ¿es verdad?,*

*- ¡Ya lo creo!,*

*- ¿Y qué es lo que convierte a uno en un genio?,*

*- La capacidad de reconocer.*

*- ¿Reconocer qué?*

*- Reconocer a la mariposa en el gusano; al águila en el huevo; y al Santo en el hombre egoísta.*

*(Autor desconhecido)*

## RESUMO

A presente monografia tem como finalidade o estudo aprofundado do instituto da Mediação de Conflitos Familiares, sob uma perspectiva interdisciplinar, buscando compreender quais as peculiaridades que envolvem as relações familiares. Busca-se entender o porquê da Mediação Familiar ser um método mais adequado para tratar os conflitos dessa natureza. Vale-se da revisão bibliográfica e histórica dos conceitos trabalhados, buscando referências, também, em literatura estrangeira. A pesquisa mescla elementos teóricos e práticos, como forma de validar com experiências práticas a teoria referida. Para isso utilizam-se dados das mediações realizadas no Centro de Referência em Mediação e Conciliação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, no intuito de demonstrar as diferenças e as complexidades entre a lide processual e a lide sociológica dos conflitos familiares. Como resultados, percebe-se a necessidade da perspectiva interdisciplinar para estudo e análise das relações familiares, uma vez que o direito não é capaz de relacionar as singularidades dessas relações. A grande carga de afetividade e sentimentos que envolvem as famílias faz com que as suas relações sejam complexas, requerendo atenção especial. Justamente diante dessas particularidades é que a Mediação de Conflitos se apresenta como um método mais adequado para lidar com essas relações, pois em uma sessão de mediação, a lide sociológica, envolvendo necessidades, interesses e sentimentos subjetivos, pode aparecer e ser melhor trabalhada.

Palavras-chave: Mediação de Conflitos. Relações familiares. Conflitos familiares. Lide sociológica. Interdisciplinaridade.



## **RESUMEN**

La presente monografía tiene como finalidad realizar un estudio profundo del método de la Mediación de Conflictos Familiares, desde una perspectiva interdisciplinaria, buscando comprender cuáles son las particularidades que envuelven las relaciones familiares. Pretender ayudar a comprender por qué la Mediación Familiar es el método más adecuado para tratar los conflictos de esta naturaleza. La metodología incluye revisión bibliográfica e histórica de los conceptos trabajados, así como búsqueda de referencias en literatura extranjera. La investigación mezcla elementos teóricos y prácticos, a fin de validar los conceptos con casos reales. Para ello, se utilizan datos de las mediaciones realizadas en el Centro de Referencia en Mediación y Conciliación de la Defensoría Pública del Estado de Rio Grande do Sul, con el objetivo de demostrar las diferencias y las complejidades existentes entre el interés procesal y el interés sociológico de los conflictos familiares. Como resultado, se percibe la necesidad de la perspectiva interdisciplinaria para el estudio y el análisis de las relaciones familiares, debido a que el derecho no es capaz de relacionar las singularidades de estas interacciones. La gran carga de afectividad y sentimientos que involucran a las familias hace que sus relaciones sean complejas, requiriendo así atención especial. Precisamente ante estas particularidades es que la Mediación de Conflictos se presenta como un método más adecuado para lidiar con esas relaciones, pues en una sesión de mediación, el interés sociológico puede aparecer e involucra necesidades y sentimientos.

Palabras clave: Mediación de Conflictos. Relaciones familiares. Conflictos familiares. Interés sociológico. Interdisciplinariedad.

## ABSTRACT

This monograph aims at the depth study of the institute of Family Mediation, from an interdisciplinary perspective, seeking to understand the peculiarities that involve family relationships. It seeks to understand why Family Mediation is a more appropriate method to deal with conflicts of this nature. It uses the bibliographical and historical revision of the worked concepts, looking for references also in foreign literature. The research mixes theoretical and practical elements, as a way of validating the referred theory with practical experiences. To do so, it uses data from the mediations carried out at the *Centro de Referência em Mediação e Conciliação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, in order to demonstrate the differences and complexities between the procedural litigation and the sociological litigation of family conflicts. As a result, the need of the interdisciplinary perspective for the study and analysis of family relationships is perceived, because the law is not able to relate the complexities of these relationships. The great affectivity and feelings that surround families makes their relationships complex, requiring special attention. In the face of these singularities, Mediation presents itself as a more adequate method to deal with these relationships, because in a mediation session, sociological litigation involving subjective needs, interests and feelings can appear and be better worked on.

Keywords: Mediation. Family relationships. Family conflicts. Sociological litigation. Interdisciplinarity.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> – Questões trazidas nas Iniciais .....	54
<b>Gráfico 02</b> – Questões tratadas na Mediação .....	54

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Ações no Processo Civil envolvendo o Direito de Família .....	51
<b>Quadro 02</b> – Ações do Direito de Família segundo o tipo: Conjugalidade ou Filiação .....	53
<b>Quadro 03</b> – Exemplo comparativo: Lide Processual X Lide Sociológica .....	58
<b>Quadro 04</b> – Exemplo comparativo: Mediação Familiar e Processo Judicial .....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR	<i>Alternative Dispute Resolution</i>
CC	Código Civil Brasileiro
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEJUSC	Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONIMA	Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem
CPC/15	Código de Processo Civil de 2015
CRMC	Centro de Referência em Mediação e Conciliação
DPE/RS	Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
GM	Grupo de Mediação
NCPC	Novo Código de Processo Civil
NUPEMEC	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara
SAJU	Serviço de Assessoria Jurídica Universitária
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TJ/RS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL.....</b>	<b>20</b>
2.1 Visão Geral .....	20
2.2 Tutela jurídica: Histórico e Marco Legal .....	28
2.3 Mediação Familiar: O Novo CPC e a Exigência da Mediação nas Questões Familiars .....	33
<b>3 SITUAÇÕES FAMILIARES: O ESCOPO DOS PROCESSOS JUDICIAIS E DA     MEDIAÇÃO DE CONFLITOS .....</b>	<b>39</b>
3.1 Características Peculiares do Conflito Familiar.....	39
3.2 Dos processos judiciais envolvendo a matéria de Família.....	49
3.3 O escopo da mediação em âmbito familiar: um comparativo da lide processual com a “vida real” .....	55
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O conflito é algo inerente a todas as relações pessoais, estando presente onde quer que haja dois ou mais indivíduos se relacionando. Ele é produto das diferenças e divergências humanas, mostrando-se extremamente importante nos relacionamentos interpessoais. Já está superada a ideia de que o conflito é negativo. Sabe-se, portanto, que além de natural, é necessária a existência do conflito dentro de todos os vínculos sociais. Todavia, o modo utilizado para a resolução desse conflito é o que necessita ser aprimorado. Tradicionalmente, utilizam-se formas adversárias de solução de conflitos, principalmente o litígio, do qual se reconhece sua ineficiência por parte do judiciário, a ponto de marcar profundamente as relações, deixando-as, muitas vezes, piores do que antes.

Nesse contexto, a Família se apresenta como espaço propício para o surgimento de conflitos, os quais necessitam de um tratamento especial que preserve as relações dos envolvidos. A Família é uma das principais células formadoras da sociedade, com características únicas e peculiares, uma vez que sempre esteve presente em diferentes povos e épocas, independente do contexto histórico ou cultural. As relações familiares carregam características singulares, que as diferem de qualquer outro tipo de relação social existente. Por tal razão é que os conflitos advindos desses vínculos familiares são extremamente sensíveis e envolvem questões profundas dos seres humanos, necessitando de atenção e cuidado quando se está a falar sobre resolução desses conflitos.

É nessa conjuntura que se apresenta a Mediação Familiar, entendida como um método adequado e pacífico de resolução de conflitos, em que os familiares envolvidos são levados ao diálogo com a ajuda de um mediador, neutro e imparcial, visando expor as questões em disputa com o objetivo de desenvolver opções, considerar alternativas e chegar a um acordo que seja mutuamente aceitável. A Mediação Familiar é um espaço de escuta da família, a qual pode induzir a uma reorientação das relações familiares, a novas formas de cooperação, de confiança e de solidariedade; formas mais maduras, espontâneas e livres de resolver as diferenças entre os seus membros. Como dito, a Mediação é uma forma pacífica, rápida e eficaz de resolver um conflito familiar, a qual acaba fomentando atitudes de tolerância, responsabilidade e iniciativa individual que podem contribuir para uma nova ordem na família.

Percebe-se que a Mediação Familiar, diferentemente do Processo Judicial, está preocupada com as questões mais subjetivas dos conflitos, aqui entendidas como a lide sociológica, em contraposição às questões jurídicas levadas para serem definidas pelo Poder Judiciário – lide processual. Diante desse cenário, questiona-se se a Mediação de Conflitos é um método mais adequado para lidar com os conflitos familiares, se comparada ao Sistema Judicial, e por quê. O que as relações familiares possuem de diferente das outras relações sociais? Quais as peculiaridades dos vínculos que permeiam as famílias e o que há de tão singular nos conflitos daí advindos?

Assim, o problema a ser respondido no presente trabalho é: Diante das peculiaridades das relações familiares, por que a Mediação é um método mais adequado para tratar os conflitos dessa natureza?

Como objetivo geral, este trabalho busca estudar, sob uma releitura interdisciplinar, as relações familiares, como forma de compreender o porquê da Mediação ser um método mais adequado para lidar com conflitos que envolvam as famílias. São objetivos específicos do presente trabalho: revisar a bibliografia sobre Mediação de Conflitos aplicada às questões familiares; analisar as relações e os conflitos familiares sob um viés interdisciplinar; compreender as peculiaridades das relações familiares; reafirmar a possibilidade de se lidar com os conflitos familiares de uma maneira diferente; desenvolver uma análise prática da Mediação Familiar, apresentando dados que complementem a teoria; agregar dados e informações para fortalecer a divulgação da Mediação; e divulgar o método da Mediação Familiar no meio acadêmico.

O estudo aprofundado do instituto da Mediação de Conflitos é importante, uma vez ser um assunto que passa basicamente despercebido pela graduação em Direito. Alguns dados, a título de curiosidade, sobre a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): não existe nenhuma disciplina obrigatória ou eletiva na graduação que trate acerca da Mediação; existem aproximadamente cinco Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) já apresentados que estudaram o tema; há apenas um grupo de extensão, criado em 2010, e um grupo de pesquisa, criado em 2016, que trabalham com a temática; durante os seis anos de graduação do autor deste trabalho, apenas em uma ocasião houve referência em sala de aula sobre o instituto da Mediação. Nesse sentido, percebe-se o quão carente é o ensino jurídico sobre Mediação de Conflitos, razão que justifica a



importância de produção acadêmica sobre o instituto, como forma de validar e reconhecer o valor desse objeto.

Ainda, é válido ressaltar que o autor do presente trabalho possui experiência prática com a temática da Mediação de Conflitos desde 2012, quando ingressou no Grupo de Mediação (GM) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS, onde estuda e realiza mediações. Desde então, tem participado de cursos, eventos e projetos relacionados à temática, tanto dentro, como fora da Universidade, além de atuar como mediador extrajudicial no SAJU e na Defensoria Pública do Estado do RS. Pode-se dizer que o autor deste trabalho acompanhou a mudança histórica que o Brasil viveu nesses últimos anos, no tocante à Mediação, e de algum modo, ainda que minimamente, fez parte dela. Reconhece-se que há seis anos vem militando na causa e contribuindo à sua maneira para transformar a cultura e divulgar a Mediação de Conflitos.

Acredita-se que esse é o diferencial do presente trabalho. Por trás de cada capítulo e ao fundo de cada tópico, existem experiências práticas e vivências no campo da Mediação que contribuíram para que essa pesquisa se concretizasse. O presente trabalho não é apenas teórico, mas tem vida! Há vida prática por detrás de cada palavra e conceito e, apesar de ter sido escrito formalmente apenas no ano de 2017, já vinha sendo escrito dentro do coração do autor desde 2012.

Ao longo dos últimos seis anos, o autor foi adquirindo experiências que contribuíram significativamente no desenvolvimento deste trabalho. Cada atividade de extensão, pesquisa, competição ou sessão de mediação foi realizada ao lado de pessoas incríveis – mediadores natos – que despertaram no autor o desejo de seguir adiante estudando e praticando a arte da Mediação!

Apesar de a Mediação ser um pouco mais famosa hoje em dia, principalmente após o seu Marco Legal em 2015, não se pode dizer que as pessoas realmente a conhecem. Veja-se que a confundem com a conciliação, colocam-na no mesmo “saco” da arbitragem, e muitos a desacreditam. Contudo, o autor acredita, principalmente por sua experiência. E por tal razão decidiu que o presente trabalho seria sobre Mediação, delimitando-se para o lado mais humano: a familiar.

Em relação à metodologia, o presente trabalho empregou como método de abordagem, o hermenêutico e o dedutivo. O estudo partiu da generalização da Mediação enquanto método em sentido amplo, para uma questão particularizada da Mediação no âmbito familiar. Como método de procedimento, este trabalho abordou

o histórico e o estatístico. Foi realizada a reconstrução histórica dos aspectos políticos e culturais que podem ter influenciado os temas estudados em cada capítulo, bem como foram analisadas pesquisas qualitativas já existentes. A técnica de pesquisa utilizada foi a revisão bibliográfica e a organização de dados e informações, pretendendo fornecer dados concretos acerca da prática da Mediação Familiar no Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao apresentar o livro<sup>1</sup> de Tânia Almeida, Azevedo (2014) afirma que um dos grandes desafios ao se escrever sobre Mediação de Conflitos consiste em condensar a teoria suficiente para basear uma boa prática. Nas palavras do autor,

Pecar por excesso, criando mais teoria do que a mediação demanda, produz trabalhos de imensa riqueza conceitual e de pouca realização prática - grandes teorias para pequenas práticas. Por outro lado, pecar por ausência enseja uma abordagem ineficiente de um processo de resolução de disputas que requer técnica. (AZEVEDO, 2014).

Assim, importante referir que a metodologia adotada neste trabalho busca mesclar aspectos teóricos com práticos. A revisão bibliográfica, caracterizadora do aporte teórico, valeu-se de autores estrangeiros – por se entender que a literatura de fora do Brasil é mais aprofundada – e de pesquisa interdisciplinar, especialmente da psicologia, antropologia e sociologia. Como se trata de texto jurídico, a necessidade de socorrer-se de ciências mais afinadas com os comportamentos humanos tem limite nos conhecimentos deste pesquisador e de sua orientadora, os quais, em não sendo da área específica, utilizam-se das noções como instrumento. Em complemento aos aspectos teóricos referidos, a parte prática do presente trabalho se deu pela análise de dados qualitativos do CRMC da DPE/RS, por meio das informações de Cardoso (2017, no prelo). Utilizaram-se, ainda, dados da pesquisa realizada por Rorato (2017, no prelo), para embasar ainda mais a parte prática deste trabalho. Importante referir que ambas as pesquisas utilizadas de Cardoso e Rorato foram realizadas em parceria com o “Grupo de Pesquisa em Direito de Família, Sucessões e Mediação de Conflitos”, sob orientação da Professora Simone Tassinari Cardoso, do qual o autor desse trabalho faz parte.

---

<sup>1</sup> Caixa de ferramentas na mediação: Aportes práticos e teóricos. São Paulo: Dash, 2014.

O presente trabalho de conclusão de curso estrutura-se em dois capítulos, cada um com três tópicos diferentes. O primeiro capítulo diz respeito à Mediação de Conflitos no Brasil, de maneira geral e teórica. Seu primeiro tópico traz uma visão geral da Mediação, iniciando pela teoria do conflito e seguindo para o conceito, princípios norteadores, principais escolas teóricas, bem como suas diferenças em relação a outros métodos de resolução de conflitos. O segundo tópico apresenta um panorama histórico da Mediação de Conflitos no Brasil, até a consolidação de seu Marco Legal em 2015, valendo-se da influência estrangeira que impactou diretamente os avanços do instituto no país. Por fim, o último tópico deste capítulo trata especificamente da Mediação Familiar, bem como da tutela jurídica prevista no Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), no tocante às questões familiares, analisando o conceito de Mediação Familiar, e em seguida o modo como o CPC/15 tratou das questões pertinentes à família, apontando as interpretações da aplicação da Mediação nos casos dessa natureza.

O segundo capítulo deste trabalho diz respeito aos conflitos familiares e aos modos de resolvê-los: processo judicial e Mediação. O primeiro tópico fala sobre as relações familiares e quais as peculiaridades que os conflitos daí advindos carregam, partindo-se de uma abordagem interdisciplinar (psicologia, sociologia e antropologia), por se compreender que o direito não é capaz de explicar a complexidade dos conflitos familiares. O segundo tópico busca elencar quais são as respostas que o Judiciário oferece para solucionar os conflitos familiares, analisando quais são os diferentes tipos de processos judiciais existentes no ordenamento jurídico brasileiro que envolvem a matéria de família e se eles dão conta de abarcar as questões subjetivas dessa natureza. Por fim, o último tópico desse segundo capítulo analisa a prática da Mediação Familiar, buscando compreender se esse método pode ser considerado mais adequado, em relação ao judiciário e por quê, além de estudar qual o escopo da Mediação Familiar. De modo a efetivar a parte prática deste trabalho, bem como a responder o problema apresentado acima, neste último tópico se vale dos dados do CRMC da DPE/RS.

## 2 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL

### 2.1 Visão Geral

Neste primeiro capítulo, apresenta-se uma visão geral da Mediação de Conflitos, buscando esclarecer, para além de seu conceito, quais os princípios norteadores desse instituto, suas principais escolas teóricas, bem como suas diferenças em relação a outros métodos de resolução de conflitos. Contudo, antes de se adentrar especificamente no conceito central, imperioso que se compreenda o conflito como agente imprescindível para o estudo da Mediação.

O conflito é um fenômeno inerente às relações humanas, fruto de posições divergentes quanto a fatos que envolvam valores ou interesses comuns (VASCONCELOS, 2008, p. 19). Azevedo (2013, p. 39), ao abordar a Teoria do Conflito, sustenta que em regra o conflito é tratado como um fenômeno negativo nas relações sociais. Contudo, o autor defende que uma das principais alterações da teoria moderna do conflito é a possibilidade de observá-lo positivamente, é dizer, quando se passa a perceber o conflito como natural em quaisquer relações entre seres vivos, passa-se, também, a enxergá-lo de forma positiva.

Freitas Junior (2016, p. 328) faz um estudo aprofundado acerca da teoria geral do conflito, reconhecendo a preocupação da literatura sobre mediação em definir o conflito. Assim, o autor sugere a sua definição:

Denominam-se conflitos intersubjetivos de justiça situações em que estejam presentes, simultaneamente, 1. no plano objetivo, um problema alocativo, incidente sobre bens tidos por escassos ou encargos tidos por inevitáveis, sejam tais bens e encargos de natureza material ou imaterial; 2. no plano comportamental, consciente ou inconsciente, intencional ou não, a contraposição no vetor de conduta entre dois ou mais sujeitos e; 3. no plano moral: percepções não convergentes, sobre como tratar o problema alocativo, sob o ângulo dos valores de justiça. (FREITAS JÚNIOR, 2016, p. 335).

Ao tratar acerca da transformação do conflito, Sales (2010, p. 11-13) cita a teoria do professor John Paul Lederach que postula dois eixos fundamentais para sua compreensão: a complexidade do conflito e a possibilidade de sua transformação. Em primeiro lugar, a complexidade do conflito fica clara quando se percebe que ele representa muito mais do que se mostra inicialmente. Lederach vale-se de metáforas para ilustrar sua afirmação, como no caso de plantas que

possuem raízes muito mais extensas do que seus arbustos visíveis sobre o solo. Em segundo lugar, a transformação do conflito vai muito além de sua simples resolução. Para tanto, o autor diferencia os conceitos de episódio e epicentro, considerando o episódio a parte superficial e visível do problema, enquanto o epicentro se constitui a parte não vista de imediato, na qual reside a complexidade do conflito. O primeiro resolve o problema, enquanto o segundo o transforma.

Esse entendimento dialoga, também, com a lição de Folberg e Taylor (1996, p. 43) ao questionarem a diferença entre resolução de conflitos e manejo de conflitos. Para os autores, a resolução de conflitos cria um estado de uniformidade ou convergência de propósitos, ao passo que o manejo de conflitos apenas realinha a divergência de tal maneira que as forças opostas diminuam sua intensidade.

Em suma, diante dos embasamentos teóricos supra referidos, tem-se que o conflito não é negativo, pois o que o torna assim é o modo com o qual costuma-se resolvê-lo. O conflito, por ser inerente às relações interpessoais, sempre estará presente em meio aos indivíduos, devendo ser usado de maneira a potencializar positivamente as relações entre os envolvidos.

Uma vez compreendida a natureza do conflito, pode-se abordar melhor, agora, o conceito de Mediação. O termo “mediação” provém do latim *mediare*, que significa estar no meio, exprimindo o conceito de neutralidade do mediador (CALMON, 2008, p. 122).

O conceito legal trazido no parágrafo único do artigo 1º, da Lei 13.140/15, considera a Mediação como “a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia” (BRASIL, 2015b). Tal definição dialoga com aquelas vertidas pela doutrina, conforme se passa a expor.

Para Sales (2010, p. 1), a Mediação é um mecanismo consensual de solução de conflitos, por meio do qual um terceiro indivíduo escolhido ou aceito pelas partes, de forma imparcial, encoraja e facilita a resolução de uma divergência. A autora postula ainda que as partes, movidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória, sendo o mediador a pessoa que ajuda na construção desse diálogo.

Entende-se por Mediação de Conflitos, de acordo com Egger (2008, p. 54), o método de solução de controvérsias entre dois ou mais indivíduos, que se

desenvolve de forma pacífica, consensual e voluntária, auxiliados por um terceiro neutro e imparcial que os ajuda a buscar uma solução e preservar o relacionamento, reformulando a questão e propiciando um espaço de criação de alternativas, fazendo com que a decisão seja tomada pelas próprias partes.

Vasconcellos (2008, p. 36) define Mediação como um meio geralmente não hierarquizado de solução de disputas, em que duas ou mais pessoas, com a colaboração de um terceiro, o mediador, o qual deve ser apto, imparcial, independente e escolhido ou aceito, expõem o problema, são escutadas e questionadas, dialogam construtivamente e procuram identificar os interesses comuns, opções e eventualmente firmar um acordo. O autor correlaciona a Mediação como um método e uma arte: o primeiro em virtude de estar baseada num complexo interdisciplinar de conhecimentos científicos; e a segunda em face das habilidades e sensibilidades próprias do mediador.

Como visto pelas definições acima elencadas, a literatura, em regra, é bastante uníssona ao conceituar a Mediação. O núcleo do conceito de Mediação, não obstante as diferentes abordagens acerca de sua metodologia, contém basicamente os seguintes elementos, de acordo com Foley (2010, p. 81): a) processo voluntário; b) mediador como terceira parte desinteressada; c) mediador sem poder de decisão; e d) solução protagonizada pelas partes em conflito.

A partir da conceituação da Mediação, podem-se inferir princípios basilares que regem o instituto e o diferenciam dos demais métodos de resolução de conflitos. Alguns dos princípios norteadores da Mediação, os quais aparecem, em regra, na doutrina, são: voluntariedade, informalidade, oralidade, ganha-ganha, mudança do paradigma do conflito, confidencialidade, imparcialidade, autonomia e cooperação.

Nessa linha, a Lei de Mediação trouxe, em seu artigo 2º, o seguinte rol de princípios:

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios: I - imparcialidade do mediador; II - isonomia entre as partes; III - oralidade; IV - informalidade; V - autonomia da vontade das partes; VI - busca do consenso; VII - confidencialidade; VIII - boa-fé. (BRASIL, 2015b).

Pelo princípio da “imparcialidade do mediador”, entende-se que durante sua atuação, o autocompositor deve manter-se neutro, sem que suas convicções pessoais interfiram em seu trabalho, abstendo-se de tomar partido ou ser

influenciado por suas vinculações sociais. A imparcialidade, além de ser praticada pelo mediador, deve ser percebida pelos próprios mediandos. (AZEVEDO, 2013, p. 235).

A “isonomia” é essencial para o sucesso da mediação, pois só assim os mediandos se sentirão confortáveis a tomar decisões, sem interferências ou pressão de hierarquias ou desigualdades. Cabe ao mediador manter o equilíbrio entre as partes durante todo procedimento, de modo a amparar a parte mais fraca em caso de necessidade de retomada da paridade. (LAGO, 2002).

Os princípios da “oralidade” e da “informalidade” caminham juntos, e propiciam que o procedimento da mediação seja mais rápido e eficaz (VASCONCELOS, 2008, p. 46). Ambos permitem afastar as barreiras criadas pelo excesso de formalismo jurídico, fazendo com que os mediandos sintam-se protagonistas da mediação. Percebe-se que estes princípios são os que mais se contrapõem ao modelo tradicional de justiça baseado em um sistema judicial.

A “autonomia da vontade das partes” aparece como o primeiro ponto a ser tratado no Código de Ética para Mediadores do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA).<sup>2</sup> Por serem os verdadeiros protagonistas da mediação, os mediandos tem total autonomia para a tomada de decisões e definição dos caminhos para a solução da controvérsia.

O princípio da “busca do consenso” pode ser equiparado ao do “ganha-ganha”. A ideia da mediação é que as duas partes saiam ganhando. Para que isso ocorra, é necessário que se encontrem pontos de convergência dentre as divergências relatadas. Assim, um consenso será construído, com satisfação mútua, por meio de metodologia inclusiva que permite espaço de fala a todos, criando possibilidades de ganhos comuns e ressignificando os valores e conceitos iniciais (SALES, 2010, p. 30-31).

Em relação à “confidencialidade”, tem-se que este princípio trabalha com a ideia de que o procedimento da Mediação é sigiloso e confidencial. O mediador, enquanto terceiro imparcial e capacitado para atuar, mantém durante todo o

---

<sup>2</sup> “I. AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES. A Mediação fundamenta-se na autonomia da vontade das partes, devendo o Mediador centrar sua atuação nesta premissa. Nota explicativa: O caráter voluntário do processo da Mediação, garante o poder das partes de administrá-lo, estabelecer diferentes procedimentos e a liberdade de tomar as próprias decisões durante ou ao final do processo”. CONIMA. Código de Ética para Mediadores. Disponível em: <[http://www.conima.org.br/codigo\\_etica\\_med](http://www.conima.org.br/codigo_etica_med)>. Acesso em: 02 out. 2017.

procedimento da Mediação um espaço em que as partes sintam-se seguras para trazer questões e informações – inclusive sigilosas – confiando que tais aspectos não sairão daquele espaço. Existe exceção ao princípio da confidencialidade, quando durante o procedimento houver o relato de crime ou violência contra alguém. Fora essas possibilidades, o mediador não poderá ser chamado para testemunhar em qualquer audiência ou Tribunal. (ROBLES, 2009, p. 51).

Por fim, o último princípio trazido na Lei de Mediação é o da “boa-fé”. Por este princípio, infere-se que os mediandos, os quais já estão atuando de maneira voluntária, trabalharão também de total boa-fé. É dizer, buscarão ser francos, trazer questões verdadeiras e relevantes ao caso e atuar de maneira a encontrar uma solução mutuamente satisfatória às partes. Caso não prevaleça a boa-fé, é basicamente impossível a instauração de um diálogo franco e justo (SALES, 2010, p. 5).

Em síntese, percebe-se que os princípios da Mediação são extremamente importantes para defini-la. São eles que norteiam o procedimento, concedendo o caráter emancipador da Mediação. Todavia, em que pese possuam os mesmos princípios, há diferentes tipos de Mediação, consagrados em três principais escolas, a saber: a) a Escola de Harvard; b) o modelo circular-narrativo; e c) o modelo transformativo.

A Escola de Harvard caracteriza-se pela sua similaridade com o procedimento da conciliação. Isto é, é mais voltada ao acordo do que aos sentimentos, uma vez que se fundamenta na comunicação em sentido linear (EGGER, 2008, p.116-117). A grande ênfase da Escola de Harvard é a negociação, trabalhando o mediador como facilitador da comunicação.

Vasconcellos (2008, p. 73-78) também denomina a teoria da Escola de Harvard como “Mediação Facilitativa ou Linear”, a qual adota o desenvolvimento de técnicas próprias que facilitam a negociação com apoio de terceiro imparcial. O foco dessas técnicas é fazer com que os mediandos saiam das posições iniciais e identifiquem interesses comuns, atuando de forma colaborativa.

O modelo circular-narrativo, desenvolvido por Sara Cobb, por sua vez, ajuda a resolver criativamente os conflitos através de uma nova “narrativa”, valendo-se das soluções escolhidas exclusivamente pelas partes. Esse processo contribui para que as pessoas envolvidas desenvolvam um novo pensamento sobre a situação



conflitiva, centrando-se nas suas próprias responsabilidades e não na culpabilização do outro (GOMÉZ, 2007).

Trata-se de um processo criativo decorrente da agregação ao modelo tradicional de Harvard, agregando-se aspectos da teoria geral dos sistemas. A obtenção do acordo não é o objeto principal, tendo em vista ser apenas uma possível consequência do processo circular-narrativo (VASCONCELOS, 2008, p. 80).

Por fim, a terceira grande escola é o modelo transformativo, desenvolvido por Robert Alan Baruch Bush, professor norte americano de ADR's (*Alternative Dispute Resolution*<sup>3</sup>), e Joseph F. Folger, professor de comunicação. Fundamenta-se na comunicação, oferecendo maior atenção ao aspecto relacional. Trabalha com o conceito fundamental de empoderamento, entendido como a potencialização do protagonismo das partes, as quais se percebem responsáveis tanto por suas ações, como pela solução de seus conflitos. Seu principal objetivo é modificar a relação das partes, não tendo nenhuma pretensão de acordo, centrando-se na transformação das relações (EGGER, 2008, p. 120).

Percebe-se que, apesar da existência de diferentes modelos de mediação, todos se baseiam nos mesmos princípios, dialogando entre si em diversos aspectos, como, por exemplo, a importância que os três dão à comunicação entre as partes. Assim, cada um dos modelos pode ser melhor aplicado a casos diferentes, é dizer, para cada tipo de conflito, aplica-se um modelo mais adequado. Pelas peculiaridades referidas de cada escola, nota-se que o modelo harvardiano pode ser melhor empregado para conflitos empresariais, ao passo que os conflitos que envolvem sentimentos e relações continuadas terão melhores resultados através dos modelos circular-narrativo ou transformativo.

Conforme exposto, os dois últimos modelos em muito se relacionam, partindo do paradigma harvardiano para um viés totalmente oposto de comunicação. Por isso, é importante referir que, ao fim e ao cabo, cada mediador acaba por desenvolver o seu próprio “modelo”, adotando técnicas e particularidades de diferentes escolas, aplicando-as conforme a demanda do caso a ser mediado. Nessa linha, postula Farias (2016, p. 4):

---

<sup>3</sup> As ADR's, no inglês *Alternatives Disputes Resolutions*, são conhecidas no Brasil como as soluções alternativas de conflitos.

Cumprе ressaltar que os três modelos referidos convivem harmonicamente. Não há que se falar em um modelo ultrapassado em contrapartida a um modelo moderno; nem mesmo que existe um modelo melhor ou superior a outro. Todos são atuais e todos podem ser aplicados. Na verdade, o que define qual o modelo mais adequado é o tipo de conflito a ser mediado, o contexto em que será realizada a mediação, as partes envolvidas e sua relação interpessoal, bem como o próprio estilo do mediador.

Particularmente, o autor deste trabalho prefere dedicar-se ao modelo transformativo, valendo-se de tópicos dos demais modelos, conforme a necessidade, uma vez que a sua atuação prática está focada em conflitos de natureza cível e familiar. Assim, tendo em vista que o objeto principal deste trabalho são os conflitos familiares, adota-se o modelo transformativo como o método mais adequado para mediar as controversas dessa natureza.

Ademais, como visto acima, a escola de Harvard em muito se assemelha à conciliação. Porém, são métodos distintos de resolução de conflitos que não devem ser confundidos. Nesse sentido, importante conceituar a conciliação, bem como outros meios de solução de controvérsias existentes, de forma a diferenciá-los da Mediação.

Quanto a esse aspecto, Muniz (2014, p. 34) classifica as formas de resolução de conflitos em pacíficos e não pacíficos, de acordo com a força empregada. Os modelos não pacíficos possuem a imposição coercitiva da vontade de uma parte, levando a outra à submissão e dominação, muitas vezes valendo-se da força física. Como exemplo, têm-se as lutas e as guerras entre Estados, conhecidas por “justiça de mãos próprias”, a qual é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro<sup>4</sup>. Os modelos pacíficos não requerem o uso de força física valendo-se de mecanismos viabilizadores da convivência em paz em comunidade, primando pela organização social. A autora subdivide, ainda, os meios pacíficos em judiciais (Poder Judiciário) ou extrajudiciais (arbitragem, negociação, conciliação e mediação).

Inicia-se, então, pelo Poder Judiciário, que nada mais é que a intervenção do poder político no conflito. É o Estado exercendo atividade jurisdicional, buscando dar uma resposta à controvérsia levada até ele (MUNIZ, 2014, p. 34). É um meio

---

<sup>4</sup> O Código Penal Brasileiro prevê, em seu artigo 345: “*Exercício arbitrário das próprias razões - Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo único - Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.*”

heterocompositivo, ou seja, o conflito é designado para ser resolvido por um terceiro. Nesse caso, o terceiro é o Estado, o qual atua como aplicador da lei, coagindo as partes ao cumprimento da decisão.

Dentre os meios extrajudiciais, inicia-se pela arbitragem, pois, assim como o Poder Judiciário, também é um meio heterocompositivo. A arbitragem é entendida como o tratamento dos conflitos por meio de uma decisão tomada por um terceiro designado pelas próprias partes. É um modo de justiça privada, alheio ao poder estatal. Tem como características principais o acordo de vontade das partes, a celeridade em comparação ao judiciário e a ausência do poder estatal, uma vez que o árbitro é escolhido em comum acordo pelas partes. Ela está prevista no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei 9.307/96, a qual aborda três questões principais: quem pode buscá-la, o que pode ser discutido e como submeter uma demanda ao juízo arbitral. (SILVA, 2005, p. 22).

Parte-se, então, para os métodos autocompositivos, que são aqueles, assim como a Mediação, em que as próprias partes criam as soluções para o seu conflito, não designando tal função a um terceiro. Nessa seara, a conciliação é a modalidade de resolução de conflitos em que as partes são auxiliadas por um terceiro, que intervém ativamente, orientando-as e aconselhando-as, bem como oferecendo propostas para se chegar a um acordo de maneira célere. Na conciliação não há interesse em questões emocionais, sentimentais ou na manutenção da relação. Seu foco é que as partes cheguem a um acordo rápido, podendo ser realizada, também, dentro de um processo judicial. (MUNIZ, 2014, p. 36).

Por fim, o último método aqui estudado é a negociação propriamente dita. Ela é o meio pelo qual as próprias partes envolvidas no conflito se movem das suas posições iniciais divergentes até um ponto em que o acordo pode ser obtido (MUNIZ, 2014, p. 35). A negociação sempre busca o consenso, sem valer-se, em regra, da ajuda de terceiros. Todavia, a negociação pode ocorrer dentro de uma conciliação ou de uma mediação, por exemplo. Fisher e Ury (2002, p. 44) apontam que a comunicação é o principal instrumento de uma boa negociação. Os autores elencam várias técnicas que podem ser utilizadas no processo de negociação como, por exemplo, descobrir o interesse da outra parte, propor diferentes opções, manter uma boa relação, demonstrar que se está trabalhando com justiça e buscar chegar a um acordo final.

## 2.2 Tutela jurídica: Histórico e Marco Legal

Neste tópico, será apresentado um panorama histórico da Mediação de Conflitos no Brasil, até a consolidação de seu Marco Legal em 2015. Para isso, portanto, é necessário compreender como surgiu no Brasil a temática da Mediação, fruto da influência estrangeira que impactou diretamente os avanços do instituto no país.

De início, imprescindível compreender que a Mediação de Conflitos não é um acontecimento recente na humanidade. Historicamente, muitos povos já utilizavam métodos similares ao da Mediação, podendo-se dizer que ela já existia desde o momento em que uma terceira pessoa intervinha no conflito tentando ajudar as partes a resolvê-lo (FARIAS, 2016, p. 3). Nas sociedades primitivas, cabia aos chefes de família ou de clãs, o papel de conciliador, os quais cuidavam de interesses materiais e religiosos dos pequenos núcleos familiares (OLIVEIRA, 2016, p. 127). Há relatos históricos, datados dos primeiros anos da era cristã, fazendo referência a princípios de resolução consensual de conflitos, os quais podem ser encontrados na Bíblia Sagrada (2012, Mt 5:24-25)<sup>5</sup>. Inclusive, a própria Bíblia Sagrada é um dos primeiros livros históricos a trazer um conceito/exemplo de Mediação, quando apresenta Jesus Cristo como o mediador do conflito entre Deus e os homens (BÍBLIA SAGRADA, 2012, 1 Tm 2:5)<sup>6</sup>.

Em resumo, Schnitman e LittleJohn (1999, p. 17-27) afirmam que, através da história, é possível perceber como a solução de conflitos entre grupos humanos se efetivaram de forma constante e variável através da Mediação. São diversas as culturas, entre elas, judaicas, cristãs, islâmicas, hinduístas, budistas, confucionistas e indígenas, que possuem larga tradição em seu uso. É dizer, a Mediação é uma prática antiga, apesar de ser comumente apresentada como uma inovadora metodologia de resolução de conflitos. (SCHNITMAN; LITTLEJOHN, 1999, p. 17-27).

Nesse sentido, percebe-se que o homem sempre carregou dentro de si o intuito de resolver seus conflitos de maneira consensual. Todavia, com o advento da

---

<sup>5</sup> “<sup>24</sup>Deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão e, depois, vem e apresenta a tua oferta. <sup>25</sup>Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz, e o juiz te entregue ao oficial, e te encerrem na prisão”. (BÍBLIA SAGRADA, 2012, Mt 5:24-25).

<sup>6</sup> “<sup>5</sup>Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem”. (BÍBLIA SAGRADA, 2012, 1 Tm 2:5).

idade moderna e a consolidação do Estado Democrático de Direito, bem como com o avanço das teorias iluministas e contratualistas, o Estado se encarregou cada vez mais de administrar a vida privada, tomando para si o poder de resolver os conflitos individuais. Assim, caminhando até o século 20, observa-se o crescimento do Poder Público na solução de controvérsias, o que acaba acarretando uma crise na justiça estatal.

É neste contexto que surge o movimento das ADRs, dentro das quais se encontra a Mediação de Conflitos. Nos anos 1970, nos Estados Unidos da América, iniciam-se os estudos e práticas relacionados ao instituto, difundindo-se no Canadá, na China, na Europa e na América Latina. A rápida propagação da Mediação tem se dado, especialmente, diante do processo de globalização. (EGGER, 2008, p. 34).

No Brasil, a primeira aparição dos conceitos de conciliação foi nas Ordenações Afonsinas, em 1446 (o mais antigo Código de leis portuguesas), estabelecendo expressamente que "o juiz deve muito trabalhar por trazer as partes à concórdia" (Livro 3º, XX, § 5º) (OLIVEIRA, 2016, p. 127). Contudo, dentro do contexto narrado no parágrafo anterior, foi no final do século XX que começaram a surgir os primeiros estudos e práticas relacionados à Mediação em terras nacionais.

Foi então que, paralelamente aos avanços da Mediação no Brasil nos anos 1990, sob influência, principalmente, da legislação argentina, passou-se a buscar a sua institucionalização. Assim, no ano de 1998, a deputada Zulaiê Cobra Ribeiro, deputada federal pelo PSDB do estado de São Paulo (FGV-CPDOC, 2017), apresentou perante o Congresso Nacional, a primeira tentativa de introduzir no ordenamento jurídico brasileiro a Mediação de Conflitos, por meio do Projeto de Lei (PL) n. 4.827/98 (SANTANNA, 2015, p. 215).

Importante referir que o PL 4.827/98 por muito tempo tramitou no Congresso, indo ao Senado e retornando à Câmara dos Deputados. Em 2002, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e encaminhado para o Senado Federal, passando a ser identificado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) n. 94/2002. O projeto inicial da deputada Zulaiê foi substancialmente alterado pela Emenda n. 1 da CCJ do Senado, retornando à Câmara dos Deputados e permanecendo sem prosseguimento até 2013, quando outros PLs já haviam sido apresentados no Congresso (SANTANNA, 2015, p. 208). Esses novos projetos vieram à tona após a publicação da Resolução número 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2010, a qual será tratada mais adiante.

Em 2011, o senador Ricardo Ferraço apresentou o PL n. 517/11, visando regulamentar a Mediação Judicial e Extrajudicial, diferindo-se do antigo PL n. 4.827/98, principalmente, pela supressão da Mediação obrigatória. Também, foi apresentado o PL n. 405/2013, pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, tratando apenas da Mediação Extrajudicial e trazendo algumas especificidades quanto à modalidade eletrônica. No mesmo ano de 2013, o Ministério da Justiça e o CNJ formaram uma comissão de especialistas e apresentaram um anteprojeto de Mediação, conhecido por PL n. 434/2013, Esse último projeto buscou consolidar as normas da Resolução 125/10 do CNJ, dialogando com as discussões à época do Novo Código de Processo Civil (NCPC). (SANTANNA, 2015, p. 221-223).

Ao final de 2013, foram realizadas audiências públicas em que se discutiram as principais questões polêmicas dos três PLs acima referidos. Após, o relator do PL 517/11, apresentou substitutivo<sup>7</sup> contendo as melhores propostas de cada um (SANTANNA, 2015, p. 223), dando origem à versão final aprovada pelo Senado Federal em 02/06/2015 e sancionada pela Presidente da República em 26/06/2015. A Lei de Mediação, então, entrou em vigor em 26/12/2016, sob o número 13.140/2015. (BRASIL, 2015b).

Apesar de o projeto de lei da deputada Zulaiê tramitar desde os anos 1990 no Congresso Nacional, foi só em 2010 que o Brasil normatizou pela primeira vez a matéria da Mediação, quando o Conselho Nacional de Justiça lançou a sua Resolução 125/10. O CNJ é o grande articulador da principal política pública de implementação da Mediação de Conflitos no Brasil. A Resolução 125/2010 estabeleceu uma política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, aclarando já no seu artigo 1º:

CAPÍTULO I – DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES – Art. 1º Fica instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13). (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010).

<sup>7</sup> “Espécie de emenda que altera a proposta em seu conjunto, substancial ou formalmente. Recebe esse nome porque substitui o projeto. O substitutivo é apresentado pelo relator e tem preferência na votação, mas pode ser rejeitado em favor do projeto original”. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

A Resolução previu programas de parceria entre todos os órgãos do Poder Judiciário e entidades públicas e privadas, como universidades. Também previu que os Tribunais deveriam criar Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) os quais seriam responsáveis pela instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

No Estado do Rio Grande do Sul, na data de 09/04/2012, o Tribunal de Justiça (TJ/RS) criou o seu NUPEMEC, por meio da Resolução nº 04/2012 do Órgão Especial (RIO GRANDE DO SUL, 2012), contando hoje com pelo menos 35 CEJUSCs ao redor de todo o estado, conforme dados do site do TJ/RS.<sup>8</sup>

Nesse sentido, a Resolução 125/10 do CNJ pode, portanto, ser considerada um primeiro passo para regulamentação da Mediação, bem como uma forma de incentivo ao cidadão para solucionar seus conflitos por meio de métodos consensuais (SANTANNA, 2015, p. 221). Desde que foi editada em 29/11/2010, a Resolução foi abrindo os caminhos do ordenamento jurídico brasileiro, para receber as normas que disporiam ainda mais sobre o tema. Em especial, a já referida Lei n. 13.140/15 (Lei de Mediação) e o Novo Código de Processo Civil, o qual se passa a apresentar agora.

Paralelamente a todas essas discussões legislativas, discutia-se também no Congresso Nacional, conjuntamente a uma comissão de juristas convocada pelo ato n. 379/2009, o anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Uma das principais motivações do texto do Novo CPC era a maior celeridade na prestação de justiça, com o intuito de cumprir o princípio constitucional da duração razoável do processo. Por essa razão que a versão final do NCPC disciplina a Mediação, abordando ao longo de todo o texto legal aspectos referentes aos princípios da solução consensual de conflitos. (SANTANNA, 2015, p. 207-208).

O CPC/15 dispõe acerca da Mediação realizada apenas dentro do Poder Judiciário o que não exclui a possibilidade de realização de Mediação privada ou aquela conduzida por algum ente público. Ele prevê as regras da Mediação, pretendendo instituir um meio integrado de solução de conflitos e não apenas acessório ou alternativo. O Projeto de Lei que deu origem ao NCPC foi aprovado no Senado Federal em 17/12/2014, sendo sancionada pela então Presidente da

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/site/processos/conciliacao/nucleo.html?print=true>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

República, Dilma Rousseff, em 26/12/2014 e entrando em vigor um ano após sua publicação (26/12/2015), sob o número 13.105/15. (BRASIL, 2015a).

Além disso, o Novo Código de Processo Civil inova ao incluir a figura do mediador, considerando-o como auxiliar da justiça, conforme o artigo 149<sup>9</sup>. Dentro deste capítulo referente aos auxiliares de justiça, o NCPC traz a Seção V, apresentando os princípios informadores da Mediação e estabelecendo o dever de magistrados, advogados, defensores e membros do Ministério Público, quanto ao estímulo à Mediação, ainda que no curso do processo. Consagra, também, os Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos instituídos pela Resolução 125 do CNJ, estabelecendo a obrigatoriedade de sua criação e manutenção pelos respectivos Tribunais de Justiça, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo CNJ. É novidade, de igual modo, a previsão de remuneração aos mediadores. (OLIVEIRA, 2016, p. 136).

Percebe-se que, nos últimos anos, houve um grande movimento legislativo buscando a institucionalização da Mediação de Conflitos. Os vários PLs apresentados, a Resolução 125 do CNJ, bem como o Novo CPC, revelam um cenário preocupado com a implementação e formalização da Mediação de Conflitos. Diante desse contexto atual, Farias (2016) adota o conceito de “marco legal da Mediação”, compreendendo-o como o período que se vivencia atualmente no Brasil, a partir da produção de bases normativas. Para autora, o “marco legal da Mediação” objetiva a regulamentação do processo, de modo a oferecer maior segurança jurídica aos procedimentos, estabelecendo diretrizes capazes de estabilizar uma política pública de disseminação no Poder Judiciário e fomentando a sua utilização em diferentes espaços, públicos e privados, para tratar de diversos tipos de conflitos.

Todavia, ainda que se reconheça o esforço para se formalizar a Mediação, há algumas críticas quanto ao modo como isso foi feito. É louvável o esforço do legislador brasileiro em trazer para o ordenamento jurídico esta técnica que já há anos vale-se de seu meio extrajudicial. Contudo, conforme apontamentos feitos por

---

<sup>9</sup> “Art. 149. São auxiliares da Justiça, além de outros cujas atribuições sejam determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, **o mediador**, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias.” Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2017.



Pacheco (2013), já se cogitavam os riscos de um possível engessamento da Mediação, antes mesmo da entrada em vigor da Lei de Mediação e do NCPC:

A crítica mais categórica à regulamentação da mediação através do PL 8046/10 é a que indaga se a mediação judicial realmente será uma “mediação”, com todas as suas características e essência, pois ela em muito poderá se diferir da mediação extrajudicial.

[...]

A normatização do instituto poderá significar uma evolução do reconhecimento e maior confiabilidade da mediação de conflitos, mas desde que a tecnicidade não a engesse ou a reduza ao mesmo procedimento da conciliação, gerando descrédito no seu potencial, o que acarretaria o desentusiasmo de sua adoção, ou pior, criando a sensação de que a mediação “não pegou” no Brasil. [sic] (PACHECO, 2013).

No mesmo sentido, Farias (2016) questiona se a regulamentação e incorporação pelo Poder Judiciário são de fato elementos capazes de conferir um “selo” de garantia de desempenho à Mediação. A autora destaca que jamais se devem esquecer as verdadeiras raízes e heranças da Mediação, principalmente aquela extrajudicial, caracterizada por ser simples, ágil e informal. O cuidado maior com esse Novo Marco Legal deve ser no sentido de que ele não gere uma “nova” faceta à Mediação, por demais ritualizada, engessada, padronizada. Pelo contrário, que efetivamente, fortaleça o instituto como celebrado em sua essência. (FARIAS, 2016).

Acredita-se, portanto, que com a entrada em vigor da legislação sobre Mediação de Conflitos, o Direito Brasileiro, que até então apoiava massivamente a cultura do litígio, precisou sofrer uma mudança considerável de paradigma, de modo a adotar posturas que dessem credibilidade para as práticas autocompositivas. Assim, em resumo, o cenário que se tem hoje no Brasil é: uma Resolução do CNJ dispondo sobre uma política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses; uma lei específica acerca da Mediação; e, um Código de Processo Civil preocupado com o tema, disciplinando a matéria ao longo de seu texto. No tópico a seguir, passa-se a análise específica da Mediação Familiar, objeto principal deste trabalho, dando-se especial atenção aos ditames previstos no Novo CPC.

### **2.3 Mediação Familiar: O Novo CPC e a Exigência da Mediação nas Questões Familiares**

Este tópico tratará acerca da Mediação Familiar, bem como da tutela jurídica prevista no Código de Processo Civil de 2015, no tocante às questões familiares. Para isso, será analisado, inicialmente, o conceito de Mediação Familiar, e em seguida o modo como o CPC tratou das questões pertinentes à família, objeto principal deste trabalho, apontando as interpretações da aplicação da Mediação nos casos dessa natureza.

Como dito no tópico anterior, o Novo CPC, desde que entrou em vigor em 2016, tem dado especial atenção às soluções consensuais de conflitos. Nesse sentido, ao tratar do papel dos mediadores, assim dispôs o CPC/15 no § 3º do artigo 165:

Art. 165. [...] § 3º **O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes**, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos. (BRASIL, 2015a, grifo nosso).

Percebe-se, por este parágrafo, que o Código dá especial atenção aos conflitos em que há “vínculo anterior entre as partes”, os quais abrangem, principalmente, aqueles de caráter familiar. Entende-se, assim, que a Mediação é mais adequada a esse tipo de conflito, haja vista que as relações havidas entre as partes caracterizam-se como de trato continuado. Quanto aos tipos e características dos conflitos familiares, o capítulo seguinte abordará mais profundamente o tema. Por ora, imprescindível que se compreenda como o legislador se preocupou em atrelar a Mediação ao Direito de Família.

É bastante uníssono na doutrina, conforme referencial teórico utilizado neste trabalho, que a Mediação é extremamente ligada às relações familiares. Conforme Dias (2013, p. 85-86), em seu Manual de Direito das Famílias, a Mediação Familiar vem ganhando cada vez mais espaço, justamente por ser uma técnica que leva as partes a encontrarem uma solução consensual, tornando possível a identificação das necessidades específicas de cada integrante da família, bem como as funções e atribuições de cada indivíduo, e possibilitando que os seus membros configurem um novo perfil familiar. Ainda, a autora afirma que a Mediação não é um meio substitutivo da via judicial, uma vez que vem para complementar e qualificar as decisões judiciais, tornando-as verdadeiramente eficazes. (DIAS, 2013).

De acordo com Thomé (2010, p. 112), no tradicional método judiciário de resolver conflitos familiares, apenas se põe um fim à lide, não escutando os anseios, desejos e expectativas das partes. Nesse sentido, a autora postula que,

No Judiciário não há espaço para oferecer atenção às carências emocionais das partes envolvidas em conflito, principalmente familiares, como frustrações, abandonos, honra e respeito, que são aspectos subjetivos das pessoas, mas que quando afetados pelos conflitos, acarretam na disputa judicial compensação financeira, como se constata nos longos processos litigiosos de separação e divórcio, com disputas a cerca da guarda, visitas e alimentos para os cônjuges, para os filhos menores ou incapazes e na partilha de bens. (THOMÉ, 2010, p. 112).

Percebe-se, assim, que a Mediação Familiar surge para dar um tratamento mais humano às relações familistas, podendo buscar aspectos que o judiciário não tem por objetivo tratar em um processo. Ela se apresenta não apenas como uma alternativa ao atual sistema judiciário. Para além disso, entende-se que mesmo se este fosse perfeito, aquela ainda assim seria necessária. Nesse sentido, o entendimento de Thomé (2010, p. 121) é de que a Mediação Familiar é uma técnica complementar ao Judiciário, devendo ser oferecida a todos que desejam manter algum tipo de relação, sendo um instrumento de mudança que atua na forma de condução dos conflitos e na comunicação entre os membros do grupo familiar.

Ainda, Cezar-Ferreira (2004, p. 164) afirma que a Mediação Familiar não deve ser vista como panaceia dos tempos modernos, tampouco como a solução para todos os problemas que envolvem as famílias. Em realidade, deve se tratar de uma prática promissora e de um meio de promoção da saúde da família diante de situações conflitivas. (CEZAR-FERREIRA, 2004, p. 164).

Dentro desse contexto de Mediação Familiar, importante referir que o Código de Processo Civil de 2015 adotou o chamado Modelo Multiportas, justamente para que fossem oferecidas às questões familiares outras “portas” mais adequadas dentro do Judiciário. Esse Modelo nasceu nos Estados Unidos a partir de um famoso discurso chamado *Varieties of Dispute Processing*, proferido por Frank Sander, professor da *Harvard Law School*, na *Pound Conference* de 1976 (St. Paul, Minnesota). Sander propôs a criação de Fórum com múltiplas portas, no qual o cidadão, ao chegar com um conflito, seria encaminhado para a porta ou mecanismo mais adequado para o tratamento de seu caso. Ou seja, o objetivo é encaminhar a demanda para o procedimento mais adequado, diante de suas peculiaridades com

oferecimento de diferentes possibilidades, como a mediação, conciliação, arbitragem, entre outras. (OLIVEIRA; SPENGLER, 2013, p. 65-72).

É dentro dessa visão multiportas que o Código de Processo Civil traz a integração dos meios de resolução de disputas, buscando oferecer aos casos possíveis, dentre eles especial atenção aos familiares, a possibilidade de Mediação. (LESSA NETO, 2017). Ao longo de seu texto, o CPC/15 traz 38<sup>10</sup> referências ao termo “mediação” e 25<sup>11</sup> aos termos “mediador” ou “mediadores”, tanto no título de Seções ou Capítulos, como no corpo de artigos. Além disso, são 22<sup>12</sup> as referências à palavra consenso e suas variantes. Do total desses 85 vernáculos referidos, apesar de todos se dirigirem também, indiretamente, à matéria de família, 14<sup>13</sup> deles apontam especificamente para as questões familiares. Nota-se, portanto, em comparação ao Antigo CPC, o significativo aumento de preocupação com a matéria, tendo em vista que no Código de 1973 as únicas aparições dos termos consenso/consensual eram no capítulo relativo à Separação Consensual, não havendo menção alguma, ao longo de todo o Código, da palavra mediação.<sup>14</sup>

O NCPC apresenta um capítulo especial dedicado às ações de família, localizado entre os artigos 693 e 699, na Parte Especial, Livro I, Título III, Capítulo X. É aí que se encontra o artigo 695, o qual trata de maneira diversa a Mediação Familiar, quando em comparação àquela realizada em conflitos de outras naturezas, trazendo a exigibilidade da chamada “audiência de Mediação” ao dispor que “recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694”. (BRASIL, 2015a).

Percebe-se que esta é a grande diferença trazida pelo novo Código: a exigência de Mediação para as questões familiares. Em relação a tal obrigatoriedade, por óbvio que as partes não estão obrigadas a chegar a um acordo,

<sup>10</sup> As 38 referências do CPC/15 à palavra “mediação” estão nos artigos 3º, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 250, 303, 308, 319, 334, 335, 340, 359, 565, 694, 695 e 696.

<sup>11</sup> As 25 referências do CPC/15 às palavras “mediador” ou “mediadores” são: 139, 149, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 334 e 784.

<sup>12</sup> As 22 referências do CPC/15 à palavra “consenso” e suas variantes são: 3º, 165, 174, 334, 357, 359, 471, 600, 694, 696, 707, 731, 732, 733 e 961.

<sup>13</sup> As 14 referências do CPC/15 às palavras “mediação”, “mediador” ou “mediadores”, e “consenso” e suas variantes, que tratam diretamente de questões familiares: 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 731, 732, 733 e 961.

<sup>14</sup> Para verificação dos dados, foi utilizada a ferramenta de pesquisa disponibilizada pelo navegador web no site do Planalto, página que traz a norma completa. Depois, analisaram-se, um a um, os vernáculos encontrados.

tampouco a permanecerem na sessão de Mediação até o final. Contudo, é imprescindível que elas compareçam à “audiência” de Mediação, nem que seja ao menos para declinar o seu interesse de participação. De acordo com Lessa Neto (2017), o CPC/15 adotou a obrigatoriedade da Mediação Familiar, para os casos transacionáveis, com o objetivo de implantar o anteriormente citado modelo Multiportas, levando as partes a terem contato com as técnicas de negociação assistida e propiciando a efetiva solução adequada dos conflitos. (LESSA NETO, 2017).

Ainda conforme Lessa Neto (2017), há uma discussão se a obrigatoriedade da Mediação Familiar seria inconstitucional ou não. O autor defende que não há inconstitucionalidade no estabelecido no CPC/15, uma vez que a lei apenas estipulou uma etapa procedimental específica. No caso de inexistência de acordo, o caso será construído e julgado normalmente. O autor diz, ainda, que apenas o tempo dirá se é conveniente ou não a estipulação da Mediação Familiar obrigatória, tendo em vista ser indispensável a criação de uma estrutura adequada para a condução da Mediação superando os desafios do modelo multiportas adotado. (LESSA NETO, 2017).

Atenta-se aqui para um possível conflito entre o Princípio da Autonomia da Vontade das Partes e a previsão da obrigatoriedade da Mediação Familiar. Entretanto, compreende-se que não há violação ao referido princípio, uma vez que, em realidade, o código não obriga as partes a mediar, mas apenas as estimula a comparecerem na sessão de Mediação, para conhecerem essa nova “porta”, podendo optar se querem ou não aderir ao método. Ressalta-se o caráter pedagógico desta obrigatoriedade, pois agora, as pessoas envolvidas em conflitos familiares, mesmo que não cheguem a realizar o procedimento da Mediação, ao menos possuem o conhecimento deste método.

Como exemplo do caráter pedagógico mencionado, cita-se o caso de Quebec, no Canadá, onde foi implementada aos conflitos familiares a obrigatoriedade de participação em uma palestra sobre Mediação, como forma de se divulgar o método. Isto é, antes de encaminhar o caso para a Mediação propriamente dita, as partes envolvidas no conflito passam por esse espaço de palestra, para que se conscientizem sobre a técnica e o procedimento, podendo manifestar, posteriormente, o seu interesse em aderir à Mediação. (VEZZULLA, 2001, p.110).

A obrigatoriedade é, portanto, a principal diferença, trazida pelo Novo Código, da Mediação Familiar em relação à Mediação aplicada a conflitos de outra natureza. Em realidade, por ser recente tal alteração Legislativa, os efeitos processuais práticos e reais têm-se dado de maneira ainda não pacificada dentro do Judiciário. Isto é, pelo o que se observa do dia-a-dia processual, ainda não há nas Varas de Família uma aplicação uníssona quanto ao artigo 695 do CPC.

Diante dessa discussão, outro aspecto a ser observado é que, uma vez obrigatória a Mediação Familiar, o seu não comparecimento acarretaria a multa prevista no § 8º do artigo 334 do CPC/15. O referido parágrafo especifica que o não comparecimento na audiência de Mediação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo que o valor da multa a ser aplicada pode valer até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. É dizer, para os demais casos de Mediação, as partes podem dispensar o procedimento, o que afastaria a aplicação da multa. Todavia, nos casos familiares, diante da sua exigibilidade, a aplicação da multa está muito mais latente que os demais.

Por fim, apresenta-se o entendimento firmado por Tartuce (2016), no sentido de ser inquestionável que o NCPC deu especial importância à Mediação, chamando a atenção à prioridade dada aos casos de Direito de Família. Nesse aspecto, ao tratar acerca da suposta obrigatoriedade aqui discutida do artigo 695, a autora adota a interpretação de que obrigar as partes a participarem do procedimento de Mediação poderia violar o princípio da autonomia da vontade. (TARTUCE, 2016).

### **3 SITUAÇÕES FAMILIARES: O ESCOPO DOS PROCESSOS JUDICIAIS E DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

#### **3.1 Características Peculiares do Conflito Familiar**

Neste capítulo, falaremos sobre as relações familiares e quais as peculiaridades que os conflitos daí advindos carregam. Como ponto de partida para se pensar a melhor maneira de lidar com os conflitos de natureza familiar, busca-se, inicialmente, compreender essa relação especial da vida dos seres humanos chamada família. Quais as características e os processos que transpassam as relações familiares? Quais as singularidades que a relação familiar tem diferentemente das demais relações sociais? Para tratar desses aspectos, parte-se de uma abordagem interdisciplinar, por se compreender que o direito não é capaz de explicar a complexidade dos conflitos familiares. Vale-se aqui, portanto, de conceitos da psicologia, antropologia e sociologia, os quais complementam e trazem um substrato muito mais valioso para se pensar a respeito das relações e dos conflitos familiares. Importante ressaltar que, como se trata de texto jurídico, a necessidade de socorrer-se de ciências mais afinadas com os comportamentos humanos tem limite nos conhecimentos deste pesquisador e de sua orientadora, os quais, em não sendo da área específica, utilizam-se das noções como instrumento.

O conceito de família é muito discutido dentro da psicologia. São diversos os artigos, livros, dissertações e teses que tratam sobre o tema.<sup>15</sup> Conforme Strey (2007, p. 17-38), a família pode ser compreendida como o resultado da associação entre pessoas, com a finalidade de construir uma vida coletiva privada em complementaridade a vida pública, cujas circunstâncias e possibilidades materiais e culturais influenciarão no número e no sexo dos entes envolvidos.

Gracia Fuster e Musitu Ochoa (2000) definem família como a união de indivíduos que interagem entre si, desenvolvendo seus próprios símbolos e significados e transmitindo valores que influenciam no amadurecimento da

---

<sup>15</sup> Como exemplo, citam-se os trabalhos de Ariés, 1981; Anderson, 1984; Andolfi et al., 1984; Reis, 1985; Canevacci, 1987; Figueira, 1987; Cartes e McGoldrick, 1995; Minuchin, 1990; Falceto, 1996; Osório, 1996; Cervený, 1997; Féres-Carneiro, 1998; Jablonski, 1998; Kaloustian, 1998; Breda, 1999; Engels, 1884/1999; Wagner et al., 1999; Costa, 2000; Gracia Fuster e Musitu Ochoa, 2000; Féres-Carneiro, 2001; Gonzáles Tornarí, Vandemeulebroecke e Colpin, 2001; e Wagner, 2002; todos elencados por Marlene Neves Strey em sua obra citada.

identidade dos membros. Para os autores, a família é vista como resultado dos diferentes processos históricos que se sucederam no decorrer do tempo, mas sem restringi-la a um receptor passivo, que acolhe todas as influências das mudanças sociais, tampouco a uma entidade imutável, que permanece rígida diante das transformações que o mundo sofre. (GRACIA FUSTER; MUSITU OCHOA, 2000).

Nobre (1987, p. 118-119) analisa a família como um sistema aberto em constante interação com o seu meio ambiente interno e externo. Para o autor, ela é dotada de singularidade, uma vez que se constrói historicamente, desenvolvendo seus próprios códigos de convivência, regras, acordos de relacionamento e crenças familiares, de maneira estável e não rígida, em função de suas necessidades básicas, ordenando a realidade conforme suas peculiaridades. (NOBRE, 1987, p. 118-119).

Em complemento à abordagem psicológica citada acima, a antropologia também discorre sobre o tema da família. Vale-se, aqui, do estruturalismo de Lévi-Strauss (2011), que entende a família como um sistema de comunicação formado a partir do casamento, afastando-se do critério da consanguinidade. O autor trata de alguns fundamentos – como aliança, reciprocidade, troca, parentesco, tabu do incesto – ao discorrer acerca de sua teoria estruturalista da família (LÉVI-STRAUSS, 2011). Uma primeira aproximação possível é a de que não se pode, somente por uma característica, buscar apreender este objeto.

Conforme tal entendimento antropológico, o casamento seria a origem e base da família, bem como a materialização da aliança entre diferentes grupos da sociedade, representando o sistema de comunicação entre eles, o que configuraria a ideia de reciprocidade. A noção de parentesco é entendida como a comunicação entre os sujeitos dentro de uma mesma família, enxergada por Lévi-Strauss como um sistema de relações regido por regras, assim como a sociedade. A teoria levistraussiana, ao abordar o conceito do tabu do incesto, afirma que este teria caráter universal, proibindo o matrimônio entre irmãos, pois essa hipótese afastaria a ideia de aliança, troca e reciprocidade entre os grupos. Isso revela a necessidade de desnaturalizar a família, rompendo o fundamento biológico da consanguinidade, identificando-a, assim, como a passagem do aspecto natural ou biológico, para o aspecto cultural da aliança. (LÉVI-STRAUSS, 2011).

Já no campo da sociologia, Émile Durkheim é o principal expoente que se dedicou aos estudos da família. De acordo com Goode (1960), os grandes



sociólogos da humanidade não escreveram obras relevantes sobre a sociologia da família, à exceção de Durkheim, que foi o único a fazer observações suficientes sobre a família como parte da estrutura social, de forma a permitir a compilação de suas ideias sobre o instituto. Nesse sentido, a compilação mais completa encontrada foi o trabalho de Heraldo Pessoa Souto Maior (2005), intitulado “Durkheim e a Família: Da Introdução à Sociologia da Família à Família conjugal”, no qual se discutem as ideias de Durkheim a respeito da família, baseando-se na releitura de todos os escritos do sociólogo francês.

Na visão durkheimiana, a família é vista de maneira similar àquela apontada por Lévi-Strauss, pois também trabalha com o conceito de parentesco dissociado da consanguinidade. Durkheim analisa que a família moderna sofreu redução em seu número de membros paralelamente ao desenvolvimento do capitalismo, aproximando-se do individualismo. Assim, estaria limitada ao pai, mãe, filhos e descendentes, sendo o pai não mais o encarregado dos conflitos privados, pois agora a família assumiria esse papel (DURKHEIM, 1975). O autor refere que o parentesco fundamenta-se nas relações entre indivíduos de um mesmo clã, desvinculando o pertencimento apenas por sangue ou vínculo hereditário. Apenas o nascimento não é suficiente para fazer com que a criança seja um membro integrante da família, pois é imprescindível que cerimônias religiosas também sejam realizadas, o que deixa a ideia de consanguinidade em segundo plano. (DURKHEIM, 1896).

Nota-se, diante do referencial teórico pesquisado, que a família é um instituto social intimamente relacionado a aspectos psicológicos, antropológicos e sociológicos, os quais demandam atenção especial, quando está a se falar das relações produzidas no seio familiar. Por isso, passa-se agora a explicar sobre essas relações, referindo as principais questões que as permeiam, bem como as razões que fazem com que a família seja um espaço tão propício para o surgimento de conflitos.

Muitos estudos trazem um panorama histórico das transformações que a família sofreu no decorrer do tempo. Para este trabalho, levam-se em consideração os ensinamentos de Fustel de Coulanges (1961, p. 33-101), historiador que estudou a fundo a instituição da família do período greco-romano, abordando de maneira enfática as relações ali havidas. Em sua obra "A Cidade Antiga", o autor discorre acerca dessa família considerada o berço da civilização, ressaltando o aspecto da

religião do fogo sagrado, centrada no culto aos antepassados. As relações familiares não eram dotadas de afeto natural, pois seus vínculos eram exclusivamente advindos da religião. O casamento foi a primeira instituição estabelecida pela religião doméstica, quando a mulher abandonava o lar de seus pais e passava a cultuar os deuses e os antepassados de seu marido. Como princípio central, as famílias deveriam perpetuar-se, ou seja, prezava-se pela sua continuidade, proibindo o celibato e aceitando o divórcio apenas em caso de esterilidade. Havia, portanto, desigualdade entre o filho e a filha, pois ao nascer uma mulher, não havia a garantia de continuidade, pois futuramente a filha pertenceria a outra família. Assim, a autoridade familiar era exclusiva do pai, sendo ele o chefe e o governo das relações domésticas, detendo a autoridade para dirimir os conflitos dessa esfera privada. (COULANGES, 1961, p. 33-101).

A família antiga descrita por Coulanges (1961, p. 33-101) enquadra-se na primeira das três fases propostas por Roudinesco (2003, p. 12) acerca da evolução da família na história. A primeira fase, portanto, é aquela considerada “tradicional”, marcada pelas relações de patrimonialidade e autoridade soberana do pai. A segunda fase encontra-se principalmente entre o final do século XVIII e meados do XX, com o surgimento da lógica afetiva da reciprocidade de sentimentos e de desejos carnavais. Ao passo que o Estado se solidifica, as relações familiares passam a fazer parte também da vida pública. Por fim, a última fase é a da família “contemporânea” ou “pós-moderna”, surgida a partir dos anos 1960, unindo indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. Aumentam-se, nessa fase, as complexidades das relações familiares envolvendo separações e recomposições conjugais. (ROUDINESCO, 2003, p. 12).

A compreensão da evolução histórica da família facilita a análise das características que permeiam as relações familiares. As ciências sociais e humanas enfatizam a importância das relações familiares como meio de desenvolvimento do ser humano. Conforme Cezar-Ferreira (2004, p. 50-51), a família é equiparada a uma pré-escola da vida em sociedade, pois nela são adquiridas as primeiras informações e regras, bem como impostos os primeiros limites ao indivíduo. Nesse núcleo familiar, a pessoa recebe valores, aprende sobre crenças e mitos, desenvolve visão de mundo e adquire conhecimento tácito. Todo esse conhecimento recebido da família durante a infância tem peso significativo nas ações e nas

relações que o indivíduo vai exercer ao longo de sua vida. (CEZAR-FERREIRA, 2004, p. 50-51).

Por esse aspecto, é destacada a importância que a família tem para psicologia. Na medida em que o raciocínio linear deu lugar para uma visão interacional circular das relações familiares, a psicologia passou a se preocupar ativamente com a família, deixando de valer-se apenas de um ponto de vista médico e estritamente individual, cujo objeto de estudo era exclusivamente a mente humana. (CEZAR-FERREIRA, 2004, p. 53).

No início do século XX, Sigmund Freud desenvolveu a Psicanálise, sendo esta um importante ramo da psicologia que se detém a estudar as relações familiares. Freud (2017, p. 132-143) desenvolveu conceitos que exemplificam a relação familiar havida entre a mãe, o filho e o pai. O chamado Complexo de Édipo, conceito importante da teoria psicanalítica, é compreendido a partir do conteúdo essencial da lenda grega do Rei Édipo, na qual o herói grego mata o seu pai e toma sua mãe por mulher. Para Freud (2017, p. 132-143), o menino a partir dos dois ou três anos, ao adentrar na chamada fase fálica do seu desenvolvimento libidinal, inconscientemente, torna-se amante da mãe, desejando possuí-la fisicamente. O pai, nesse momento, torna-se rival, ao passo que o filho quer afastá-lo da convivência de sua mãe. Esse é o conteúdo do Complexo de Édipo, traduzido do mundo fantástico da mitologia grega, para o campo do inconsciente da psicanálise. Em síntese, a psicanálise explica que a relação familiar é caracterizada por conflitos naturais e inatos existentes no inconsciente humano. (FREUD, 2017, p. 132-143).

Carvalho Filho (2008), ao discorrer sobre o conceito de família na teoria psicanalítica, afirma que a noção da família é fundada basicamente em quatro ideias: a) no assassinato do pai pelo filho; b) na rivalidade deste em relação àquele; c) no questionamento da onipotência patriarcal; e d) na emancipação das mulheres da opressão paterna. Conforme o autor, Freud desenvolve o modelo único e universal do Complexo de Édipo (*Ödipus – Komplese*, em alemão), assegurando o funcionamento simbólico da família a partir do sonho do incesto e da culpa do filho pelo assassinato do pai e desejo pela mãe. (CARVALHO FILHO, 2008).

Nessa seara, a culpa e a lei moral são adotadas como base para a família freudiana. Esse novo entendimento de família, do começo do século passado, lidava com o declínio da autoridade paterna e ao mesmo tempo com emancipação da subjetividade, centrada no amor, no desejo e na sexualidade. Ao construir a teoria

do conceito de família, Freud utilizou de conceitos como os complexos de desmame e de castração, para exemplificar o Complexo de Édipo. (CARVALHO FILHO, 2008).

Roudinesco (2003, p. 43) vem afirmar que no decorrer do século XX, o Complexo de Édipo freudiano foi interpretado de três maneiras diferentes. Em uma delas, os libertários e as feministas o viram como uma tentativa de restaurar a família patriarcal. Em outra, os conservadores apontavam como um projeto de destruição pansexualista da família e do Estado. E por último, os psicanalistas o compreendiam como um modelo psicológico capaz de restaurar a ordem familiar normalizante, pela qual o pai e a mãe seriam figuras definidas pelo primado da diferença sexual. Nos moldes desta terceira interpretação, “cada filho era chamado a se tornar o rival de seu pai, cada filha a concorrente de sua mãe, e toda criança o produto de uma cena primitiva, lembrança fantasística de um coito irrepresentável”. (ROUDINESCO, 2003, p. 43).

Roudinesco (2003, p. 44) aprofunda em sua obra a complexidade e subjetividade das relações familiares. Para a autora,

A família não apenas é assim definida como sendo o filtro de uma força essencial à civilização, como, de acordo com a tese do assassinato do pai e da reconciliação dos filhos com a figura dele, é julgada necessária a toda forma de rebelião subjetiva: dos filhos contra os pais, dos cidadãos contra o Estado, dos indivíduos contra a massificação. Com efeito, ao obrigar o sujeito a se submeter à lei de um logos separador interiorizado, e portanto desvinculado da tirania patriárquica, a família o autoriza a entrar em conflito com ela mesma, ao passo que sua abolição significaria o risco de paralisar as forças de resistência que ela suscita nesse sujeito. Encontramos neste princípio a idéia segundo a qual Édipo deve se tornar ao mesmo tempo o restaurador da autoridade, o tirano culpado e o filho rebelde. Essas três figuras são indispensáveis à ordem familiar. [sic] (ROUDINESCO, 2003, p. 44)

Percebe-se pela fala da autora que, de acordo com a teoria freudiana, o conflito subjetivo existente entre a relação autoritária do pai com o filho, é necessário para explicar toda forma de rebelião subjetiva. Isto é, a resistência do filho contra a tirania do pai dá origem ao conflito familiar, o qual é imprescindível para a própria existência da família. É a partir deste ponto que se vislumbra a naturalização do conflito familiar, interpretado aqui, nas palavras de Roudinesco (2003, p.44) como elemento “indispensável à ordem familiar”.

A psicanálise vem afirmar ainda, como exemplo peculiar de relação familiar, que os pais possuem o desejo de que seus filhos sejam, ao mesmo tempo, idênticos

e diferentes a eles. Inconscientemente, os filhos herdariam parte da infância de seus pais, bem como parte de seus desejos e valores. Quando adotados ou fruto de reprodução assistida, que se afasta da consanguinidade ou do parentesco social, os filhos carregariam traços inconscientes do seu nascimento. (ROUDINESCO, 2003, p. 90).

A partir do referencial teórico pesquisado no tocante à psicanálise, identifica-se que a teoria desenvolvida por Freud revela peculiaridades nas relações familiares que as fazem únicas e propícias ao surgimento de conflitos. O inconsciente freudiano dá origem a grandes disputas entre os indivíduos que compõem a família, principalmente nas relações filho-pai e filho-mãe. É apenas dentro do seio familiar, espaço singular e distinto de qualquer outra célula social, que ocorrem situações igualmente únicas, as quais se tornam objeto de estudo da psicanálise e podem ser explicadas através dos conceitos desenvolvidos por esse ramo da psicologia.

Em contrapartida, não se desconhece que a psicanálise foi desenvolvida no século passado, antes que as complexidades da família contemporânea pudessem se apresentar a Freud. Muitos dos temas hoje em voga no que diz respeito às relações familiares não se enquadrariam dentro das explicações freudianas. Contudo, a teoria psicanalítica vem sendo lapidada com o passar dos anos e pode adequadamente ser aplicada para justificar as singularidades das relações familiares atuais. Prova disso são os estudos de Elisabeth Roudinesco – utilizada como referencial teórico deste trabalho –, a qual escreveu sua obra “A família em desordem” nos anos 2000, a partir da releitura das teses psicanalíticas de Freud e demais expoentes da área.

Nesse sentido, a psicologia vem evoluindo de maneira considerável no momento atual da história. No Brasil, ainda que jovem com aproximadamente quarenta anos, cada vez mais é reconhecido o seu impacto na melhora da qualidade de vida, fortemente utilizada para compreender as dificuldades de relacionamento no âmbito familiar. O avanço da psicologia não pode ser desconsiderado por qualquer segmento que tenha a família como objeto de trabalho, uma vez que atualmente ela contribui significativamente para o desenvolvimento de recursos adequados à compreensão e gestão das relações familiares. (CEZAR-FERREIRA, 2004, p. 54-55).

Ainda em relação às peculiaridades dos vínculos familistas, diferentemente de outras sociedades, as relações familiares não podem ser desfeitas. Uma vez

constituída, a família permanece, alterando-se, apenas, sua estrutura. A organização prossegue, independente das modificações estruturais, pois a família continua existindo no mundo interno dos indivíduos e edificando as suas relações (NAZARETH, 2001, p. 49-58). Assim, qualquer evento que atinja um membro do sistema familiar, conseqüentemente gerará efeitos sobre os outros e sobre o grupo familiar inteiro. (CEZAR-FERREIRA, 2004, p. 55).

Quanto mais estruturada estiver a família, mais influência terá para o desenvolvimento do ser humano como ser autônomo e responsável por seus atos, principalmente se a família for baseada em valores afetivos de respeito ao próximo, igualdade, convivência pacífica e proteção de seus integrantes. O ser humano busca na família um lugar que possa ser livre, feliz e se realizar integralmente. É na família que uma pessoa compreende os limites temporais e materiais de convivência. É o primeiro lugar referencial de formação da personalidade humana e é nela que se identificam as características básicas de personalidade, reconhecimento e afeto do indivíduo. Nas palavras de Thomé (2010, p. 18-19), a família é “O berço onde descansa a história de cada um”.

Nota-se, portanto, que a família é um sistema vivo, tornando-se vulnerável a situações críticas vividas pelos seus membros. A convivência íntima durante anos dentro da família gera regras, valores, crenças e compromissos entre os seus membros, os quais possuem interdependência financeira, econômica e afetiva, com necessidades recíprocas e dever de lealdade. Diante desse entendimento, Cezar-Ferreira (2004, p. 63-64) compara a família a um formigueiro, no qual cada formiga tem o seu papel e função, assim como cada membro da família, ao passo que, também, o próprio formigueiro é uma forma de vida, formada por várias outras formas de vida. Com o surgimento de um conflito, a estrutura da família é abalada, pois a dor de um, repercute diretamente como dor nos outros membros, assim como num formigueiro. Uma crise familiar faz com que a dinâmica relacional sofra alterações, afetando o equilíbrio emocional e fragilizando emocionalmente cada indivíduo. (CEZAR-FERREIRA, 2004, p. 63-64).

Contudo, diante dessa situação de crise, em regra, as famílias operam conforme as suas próprias leis, rebelando-se à imposição de padrões de terceiros. Quando estão a sofrer pressão, as famílias ignoram decisões de fora e optam por fazerem valer as suas vontades e entendimentos de justiça. Isso se deve, principalmente, ao fato de os conflitos familiares misturam questões legais e

emocionais, e quando não resolvidos pelos protagonistas, convertem-se em disputas intermináveis nas mãos de terceiros (SERPA, 1999, p. 17). Todavia, a crise pode ser um perigo ou uma oportunidade dentro da família, pois, uma vez superada, os indivíduos podem sair fracassados ou fortalecidos. (CEZAR-FERREIRA, 2004, p. 76).

Por conseguinte, as relações familiares são consideradas como uma moeda de duas faces, podendo ser um espaço positivo ou negativo. A família pode ser um lugar de intimidade, carinho, proteção e reconhecimento, como também pode ser um lugar de disputa, competição, inveja e sofrimento. Pode tanto desenvolver o indivíduo, como aprisioná-lo; pode criar laços de solidariedade e amizade ou pode gerar sofrimentos e disputas intermináveis. Assim, a família possuirá sempre essa característica de dualidade, podendo ser um ambiente bom ou um ambiente ruim. Dependendo das circunstâncias, ela pode promover a dignidade do indivíduo, protegendo e desenvolvendo a personalidade humana, como pode se apresentar como um local de opressão e violência, necessitando nesse caso da interferência do Estado. (THOMÉ, 2010, p. 18-27).

Em sua obra “Desatando nós e criando laços: os novos desafios da mediação familiar”, Conrado Paulino da Rosa (2012, p. 81-99) baseia-se em elementos da psicologia, psicanálise, música e literatura, para demonstrar as peculiaridades existentes nos conflitos familiares. Nesse sentido, apresenta, sob tal perspectiva interdisciplinar, o amor e as relações afetivas como característica central das relações em família. O autor aprofunda, então, o estudo sobre o amor, enfocando o relacionamento em casal e as problemáticas envolvendo as relações afetivas a dois. (ROSA, 2012, p. 81-99).

Estabelecer uma relação a dois de maneira estável e perene está dentro do imaginário coletivo, como uma busca do famoso “felizes para sempre” das histórias infantis. O relacionamento idealizado está mais presente na cultura atual do que se pode imaginar, uma vez que invade o inconsciente do indivíduo pelos mais diversos meios: através da música, do cinema, da televisão, etc. (ROSA, 2012, p. 86-87). Apesar da mulher atual já ter conquistado socialmente a iniciativa para escolher o seu parceiro e ter a liberdade de contestar caso não se sinta adequadamente tratada por ele, ela ainda aguarda o homem ideal para viver o seu “feliz para sempre”. Entretanto, a busca dessa eterna felicidade vendida pela mídia, traz a sensação de

fracasso quando o relacionamento do casal chega ao fim e não se atinge o “felizes para sempre”. (SANTOS; MORAES; MENEZES, 2008).

A relação conjugal está submetida a desgaste do tempo, crises financeiras, perdas afetivas e mudança de interesses. Essas alterações podem acarretar a ruptura do casal, trazendo sofrimento aos cônjuges e aos filhos. O fim do relacionamento a dois é uma das maiores dores do ser humano, pois o lugar de referência com qual estava acostumado já não existe mais (THOMÉ, 2010, p. 85). Apesar de todas as sociedades reconhecerem o divórcio, nenhuma o aprova de início. O casamento ideal seria aquele em que as pessoas ficassem unidas para sempre, sendo o divórcio, o último recurso a ser utilizado, somente quando a situação já estivesse insustentável. (ROSA, 2012, p. 94).

Esse momento de separação, ruptura ou divórcio do casal dialoga com o conceito de desamor postulado por Warat (2004, p. 96). O desamor ocorre quando um vínculo afetivo preexistente é rompido, ocorrendo um processo de morte e transformação. É a despedida de um vínculo ou de um modo de se relacionar, na qual há perdas e ganhos. O desamor é complicado e difícil de ser encarado, porque as pessoas não sabem dizer adeus e botar um ponto final em sua história. O indivíduo não é ensinado a amar, tampouco aprende a desarmar e a fazer desse desamor uma boa despedida. (WARAT, 2004, p. 96).

Conforme visto pelo aporte teórico acima, percebe-se que a relação do casal dentro da família caracteriza-se como uma célula-mãe, pois é a partir dela que surgem todas as demais questões familiares, como por exemplo, a chegada de filhos, os vínculos com parentes do outro cônjuge, os dilemas patrimoniais, uma possível separação, etc. Essa relação conjugal tem sua origem no amor e no envolvimento afetivo, elementos estruturantes das famílias. Nota-se, que todas as relações envolvendo a família estão abastecidas de uma carga intensa de sentimentos e emoções, fazendo com que o conflito surgido no seio familiar seja único, justamente em razão desse volume afetivo que transpassa os sujeitos envolvidos. O conflito familiar não diz respeito a pessoas com simples afinidade de interesses ou vínculo afetivo passageiro. Muito além disso, ele envolve sujeitos intimamente relacionados, cujo elo de ligação histórico remonta a um capítulo onde, de alguma maneira, imperava o amor. Isto significa que, apesar de um conflito familiar envolver dois indivíduos que não mais se relacionam – ou até mesmo que



nunca tiveram relação —, há, para além deles dois, uma história de afetividade profunda que deu origem a essa relação e conseqüentemente a esse conflito.

Conclui-se, nesse sentido, que o conflito familiar é diferente de qualquer outro conflito experimentado pelo sujeito. Nas hipóteses de conflitos de natureza não familiar, a pessoa se lembrará dele em momentos isolados do seu dia-a-dia. Entretanto, tratando-se de um conflito estruturalmente familista, essa mesma pessoa o terá em mente ao longo de todo o seu dia, sendo bem provável que até mesmo o seu sono sofra interferência (ROSA, 2012, p. 99). É justamente essa relevância e importância que a família desempenha para o indivíduo que diferencia os conflitos nela surgidos daqueles oriundos das demais relações sociais.

Observa-se, ainda, que a abordagem interdisciplinar utilizada para tratar dos aspectos propostos contribui para explicar a complexidade dos conflitos familiares. A ótica da psicologia, da antropologia e da sociologia revela como há uma necessidade diferenciada para trabalhar com as questões envolvendo família, principalmente diante das percepções buscadas na psicanálise, as quais explicam a subjetividade inconsciente que o sujeito carrega dentro de sua família.

Por fim, encerra-se o presente tópico com as palavras de Roudinesco (2003, p. 91):

Finalmente, para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinqüentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas — mesmo que se manifestem de forma inédita —, e sobretudo que não impedem que a família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. [sic] (ROUDINESCO, 2003, p. 91).

É essa família — complexa e singular — que segue sendo tão desejada e sonhada por todas as tribos, raças e gêneros, independente de idade, condição social ou orientação sexual (ROUDINESCO, 2003, p. 91). É ela, a célula que segue movendo as mais diversas sociedades e se reconstruindo dentro de seus próprios conflitos e “desordens”.

### **3.2 Dos processos judiciais envolvendo a matéria de Família**

Há uma breve anedota relatada por Kafka (2011, p. 276-278) em “O Processo” acerca de um camponês que gostaria de entrar na lei, mas é barrado por

um guarda postado em frente a ela. O homem do campo pergunta se mais tarde poderá entrar. "É possível, mas agora não", diz o guarda. O diálogo segue com o camponês tentando convencer o porteiro a deixá-lo entrar, mas este o amedronta com ameaças do tipo "Se tanto te atrai entrar procura fazê-lo não obstante a minha proibição. Mas guarda bem isto: eu sou poderoso e contudo não sou mais do que o guarda mais inferior; em cada uma das salas existem outros sentinelas, um mais poderoso do que o outro. Eu não posso suportar já sequer o olhar do terceiro". O camponês não esperava passar por tantas dificuldades, pois acreditava que a lei era acessível para todos. (KAFKA, 2011, p. 276-278).

De maneira metafórica – e com a devida licença poética para adaptar-se o conto às relações familiares –, poder-se-ia dizer que a “lei” da estória de Kafka seria equiparada aos processos judiciais que envolvem a matéria de família, ao passo que o “camponês” seria as complexidades e peculiaridades das relações familiares. Será que estas últimas têm conseguido passar pelo guarda e adentrar na lei, ou ficam do lado de fora, como o camponês?

Após a compreensão da família sob a ótica interdisciplinar, bem como entendida as peculiaridades que essas relações trazem consigo, questiona-se então quais são as respostas que o Judiciário oferece para solucionar os conflitos familiares. Partindo-se da premissa que o Sistema Judicial é o braço do Estado responsável pela gestão de conflitos, busca-se, neste tópico, analisar quais são os diferentes tipos de processos judiciais existentes no ordenamento jurídico brasileiro que envolvem a matéria de família e se eles dão conta de abarcar as questões subjetivas dessa natureza.

A jurisdição, nas palavras de Neves (2017, p. 59),

“pode ser entendida como a atuação estatal visando à aplicação do direito objetivo ao caso concreto, resolvendo-se com definitividade uma situação de crise jurídica e gerando com tal solução a pacificação social”. [sic].

Trazida às relações familiares, portanto, entende-se que a jurisdição é o Estado se valendo de ações já pré-normatizadas (direito objetivo) para resolver os conflitos advindos desse meio.

Em seu livro “Prática no Processo Civil”, Araújo Júnior (2016) enumera basicamente todas as ações possíveis de serem ajuizadas dentro do processo civil.

Delas, selecionam-se, no quadro abaixo (Quadro 01), aquelas que se relacionam com questões envolvendo o direito de família:

**Quadro 01 – Ações no Processo Civil envolvendo o Direito de Família**

<b>Ações no Processo Civil - Direito de Família</b>
1. Adoção;
2. Alimentos;
3. Alimentos gravídicos;
4. Alteração regime de bens;
5. Anulação de casamento;
6. Conversão de separação em divórcio;
7. Conversão de Separação em Divórcio Consensual;
8. Destituição de Poder Familiar cc. Adoção;
9. Divórcio Consensual;
10. Divórcio Litigioso;
11. Execução de Alimentos;
12. Exoneração de Pensão Alimentícia;
13. Interdição;
14. Inventário;
15. Investigação de Paternidade cc. Alimentos;
16. Modificação de Guarda;
17. Negatória de Paternidade;
18. Reconhecimento e Dissolução de União Estável;
19. Regulamentação de Guarda;
20. Regulamentação de Visitas;
21. Revisão de Alimentos;
22. Suprimento de Idade;
23. Tutela;
24. Medida Cautelar de Busca e Apreensão de Menor;
25. Medida Cautelar de Separação de Corpos;

Fonte: Elaboração Própria com dados de Araújo Junior (2016).

Segundo o intertexto com a crônica de Kafka (2011, p. 276-278), se cada uma dessas 25 ações que tutelam o direito de família é “a lei”, e as complexidades das relações familiares são “o camponês”, será que o guarda as têm deixado passar pela porta? Desde já, acredita-se que não há espaço dentro dessas ações processuais, rígidas e já postas, para abarcar todas as questões peculiares que englobam as famílias.

Bacellar (2003, p. 223) afirma que o judiciário, ao analisar apenas os limites da lide processual, na maioria das vezes, não satisfaz os verdadeiros interesses dos jurisdicionados, os quais são compreendidos como a lide sociológica. O poder judiciário, em sua estrutura atual, trata dos conflitos de maneira superficial, dirimindo as controvérsias jurídicas, sem resolver verdadeiramente as questões subjetivas (BACELLAR, 2003, p. 223). No mesmo sentido, Grinover (2008, p. 3-5) também

entende que a lide sociológica dificilmente é solucionada por meio da jurisdição estatal, a qual apenas põe fim à lide processual. O escopo da jurisdição, entendido como a pacificação social, não é alcançado pelas decisões judiciais, pois o litígio não é resolvido de forma integral. A resolução da lide processual objetiva não necessariamente soluciona a lide sociológica subjetiva, mantendo o conflito entre as partes. (ALMEIDA, 2010, p. 606).

Nessa seara, Leite (2005) afirma que a coisa julgada resultado de uma ação familiar reflete apenas a verdade de caráter legal, não solucionando os problemas das partes que vão sofrendo alterações de interesses durante o trânsito do processo. É comum que a decisão do juiz leve em consideração apenas as posições das partes averiguadas no momento em que se instaurou a lide, sendo restritiva ao processo em si e não complementar em relação aos fatos, acontecimentos e interesses advindos após o conflito. (LEITE, 2005).

Conforme a divisão teórica entre lide processual e lide sociológica acima referida, entende-se, portanto, que as 25 ações envolvendo a matéria de família enumeradas neste trabalho, ainda que coloquem um fim ao conflito jurídico-familiar a que se propõem resolver, não é capaz de satisfazer todos os verdadeiros interesses e as reais necessidades subjetivas das partes envolvidas no processo. Para facilitar tal compreensão, propõe-se dividir as 25 ações que envolvem a matéria de família em dois grandes grupos: um abarcando aquelas relativas às relações de conjugalidade e outro às de filiação, ainda que algumas ações perpassem por ambos os grupos. A partir de tal divisão, busca-se analisar a lide processual de cada grupo, entendida como o escopo do processo judicial, bem como a lide sociológica que está por trás das relações de conjugalidade e filiação.

Adota-se como conceitos de conjugalidade e filiação aqueles vertidos por Maria Berenice Dias (2013) ao longo de seu Manual de Direito das Famílias. Entende-se por conjugalidade, o vínculo entre indivíduos dispostos a constituir relação afetiva como casal, podendo se dar em relações matrimoniais, de união estável, informais, homoafetivas e/ou poliafetivas. Filiação diz respeito ao vínculo de parentesco entre pais e/ou mães e filhos, tendo estes últimos a posse de estado de filho e os genitores as responsabilidades advindas do poder familiar. (DIAS, 2013).

Assim, apresenta-se abaixo o Quadro 02 contendo a divisão nos dois grupos propostos:

**Quadro 02 – Ações do Direito de Família segundo o tipo: Conjugalidade ou Filiação**

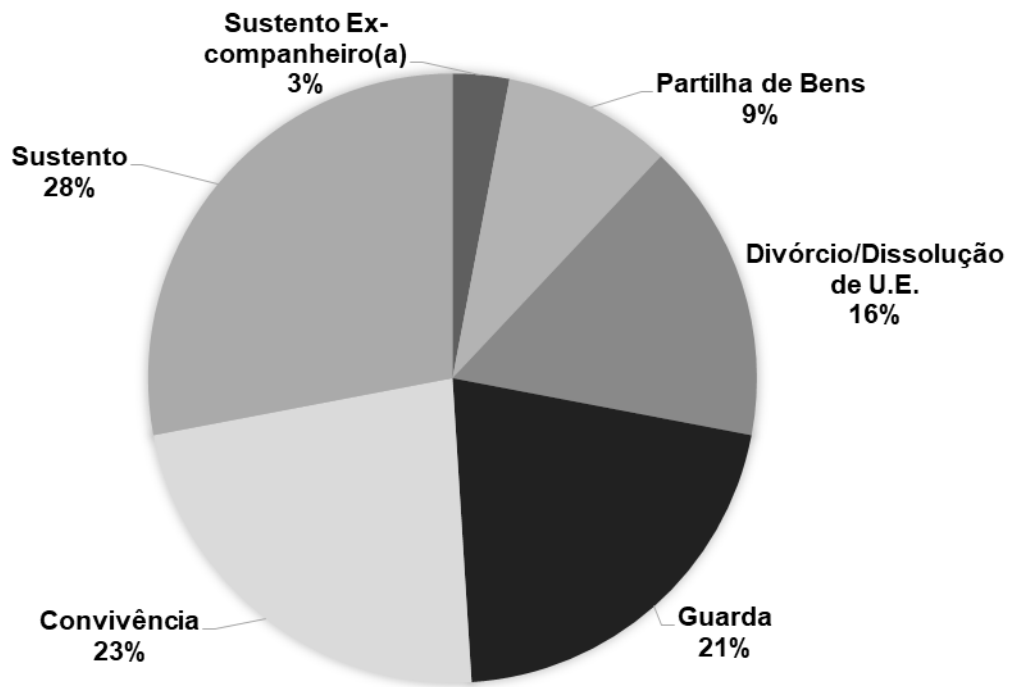
<b>Conjugalidade</b>	<b>Filiação</b>
Alteração regime de bens	Adoção
Anulação de casamento	Alimentos
Conversão de separação em divórcio	Alimentos gravídicos
Conversão de Separação em Divórcio Consensual	Destituição de Poder Familiar cc. Adoção
Divórcio Consensual	Execução de Alimentos
Divórcio Litigioso	Exoneração de Pensão Alimentícia
Interdição	Interdição
Inventário	Inventário
Reconhecimento e Dissolução de União Estável	Investigação de Paternidade cc. Alimentos
Suprimento de Idade	Modificação de Guarda
Tutela	Negatória de Paternidade
Medida Cautelar de Separação de Corpos	Regulamentação de Guarda
	Regulamentação de Visitas
	Revisional de Alimentos
	Suprimento de Idade
	Tutela
	Medida Cautelar de Busca e Apreensão de Menor

Fonte: Elaboração Própria com dados de Araújo Júnior (2016).

Em sua pesquisa intitulada “Comparativo entre a Lide Jurídica e a Lide Sociológica na Mediação Judicial”, Rorato (2017, no prelo) buscou compreender quais as principais demandas da lide processual, enviadas para serem tratadas na mediação e quais as questões são tratadas nas sessões de mediação. Assim, utilizam-se os resultados de sua pesquisa, enquadrando-os nos dois grupos acima divididos, como forma de demonstrar qual a lide processual e a lide sociológica que está por trás das ações envolvendo conjugalidade e filiação.

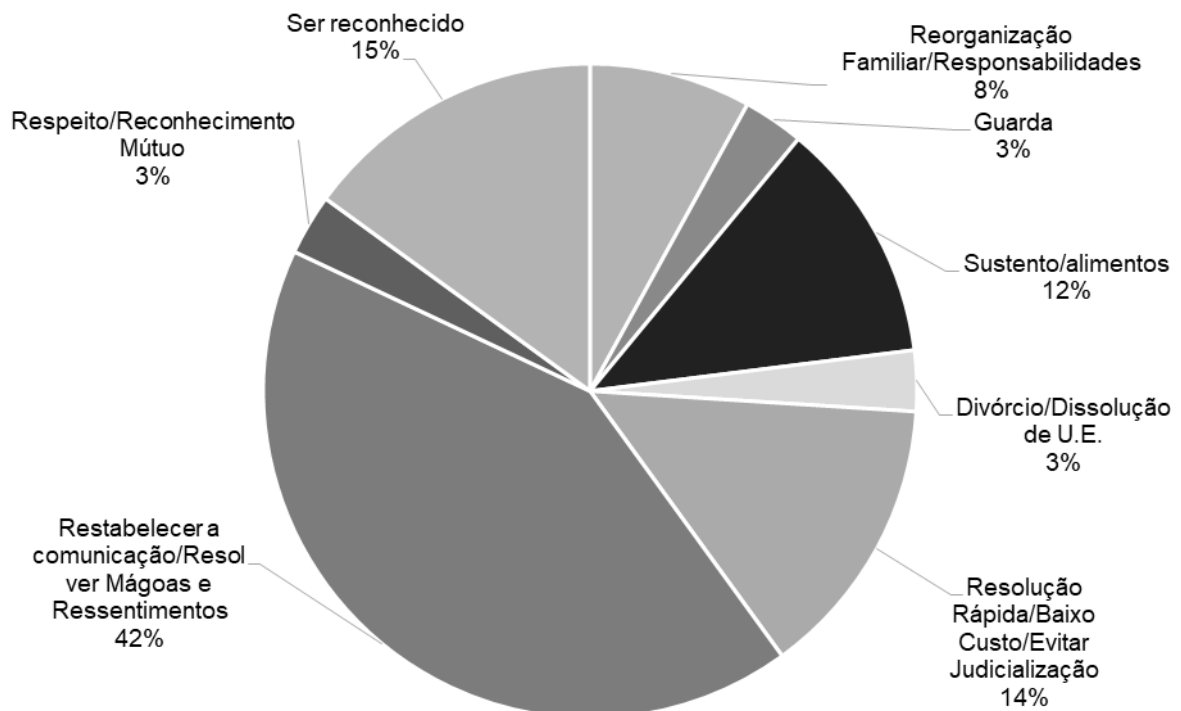
Para fins do presente trabalho, utilizam-se os seguintes gráficos (Gráficos 01 e 02) da pesquisa de Rorato (2017, no prelo):

Gráfico 01 – Questões trazidas nas Iniciais



Fonte: Reelaboração própria a partir de dados de Rorato (2017, no prelo).

Gráfico 02 – Questões tratadas na Mediação



Fonte: Reelaboração própria a partir de dados de Rorato (2017, no prelo).

Pela análise dos gráficos acima, pode-se inferir que, no tocante às ações envolvendo as relações de conjugalidade, em que pese seu escopo processual (lide processual) seja a obtenção de atos jurídicos como o divórcio, a dissolução de união estável, a partilha dos bens do casal, dentre outros, por trás disso há interesses, necessidades e sentimentos subjetivos (lide sociológica) como, por exemplo, o respeito e o reconhecimento, o reestabelecimento da comunicação, a resolução de mágoas e ressentimentos, etc. De igual maneira, em se tratando das ações que envolvem as relações de filiação, a sua lide processual, que busca resolver a guarda, o sustento e a convivência com os filhos, por exemplo, carrega consigo a lide sociológica, repleta de interesses e necessidades como a reorganização familiar, a divisão de responsabilidades, o respeito e o reconhecimento, o reestabelecimento da comunicação, etc.

Nota-se, portanto, que são várias as formas pelas quais a lide sociológica pode aparecer nas ações envolvendo a matéria de família, principalmente quando se está a falar das relações de conjugalidade e filiação, conforme acima demonstrado. Tais questões subjetivas, envolvendo interesses, necessidades e sentimentos, fogem ao escopo do processo judicial, uma vez que as ações de família não possuem espaço e tampouco buscam albergar todas essas complexidades.

Nesse sentido, retomando o conto de Kafka (2011, p. 276-278) que deu início ao presente tópico, percebe-se que a fala do porteiro “É possível, mas agora não” muito dialoga com as ações judiciais que tratam a matéria de família. Muitas das subjetividades das relações de família até parecem que serão aceitas pelo processo judicial, mas em realidade, não há espaço para elas. Diferentemente do final da estória kafkaniana, na qual o camponês espera anos para adentrar na “lei” e jamais obtém êxito, as relações e os conflitos familiares não podem ter o mesmo trágico fim. É necessário que se perceba que essa porta que leva às ações judiciais, provavelmente não poderá lidar com todas as questões que envolvem a complexa relação familiar, razão pela qual é imprescindível que outra porta, mais adequada e que possa albergar todas essas peculiaridades, seja oferecida e divulgada às famílias.

### **3.3 O escopo da mediação em âmbito familiar: um comparativo da lide processual com a “vida real”**

Nesse momento, passa-se, então, à análise prática da Mediação Familiar, buscando compreender se esse método pode ser considerado mais adequado, em relação ao judiciário, para tratar os conflitos que envolvem as questões familiares e por quê. Como visto no tópico anterior, as ações de família (processo judicial) possuem como escopo pôr um fim na lide processual. Por outro lado, questiona-se, agora, qual o escopo da Mediação Familiar. Assim, o presente tópico busca analisar o instituto da Mediação de Conflitos Familiares sob uma perspectiva prática, compreendendo seu escopo e considerando experiências em que a adoção do método já apresenta resultados significativos, valendo-se, para tanto, dos dados do Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS).

Conforme referido na Introdução deste trabalho, Azevedo (2014), ao participar da apresentação do livro<sup>16</sup> de Tânia Almeida, pontua que um grande desafio em trabalhos escritos sobre Mediação é equilibrar a teoria e a prática, de modo que se deve atentar para que não se peque por excesso, nem por ausência de apenas um dos polos (teoria ou prática). O capítulo 02 (dois) desse trabalho, intitulado Mediação de Conflitos no Brasil, apresentou a parte teórica da Mediação, por meio de seu conceito, princípios, tipos (escolas), diferença com outros métodos de resolução de controvérsias, tutela jurídica, entre outros aspectos relevantes ao estudo desse objeto. Dessa feita, a base teórica já estudada naquele capítulo serve de base para que se parta, agora, à análise prática da Mediação Familiar.

Inicialmente, conforme Leite (2008), sabe-se que fim buscado pela Mediação Familiar direciona-se em sentido completamente distinto daquele proposto pelo sistema judicial, não se confinando à resolução do conflito. O escopo da Mediação Familiar é promover o ser humano em sua integralidade, criando condições de amadurecimento, melhorando a comunicação, no sentido de responsabilidade dos cônjuges e pais e na autoestima e no sentimento de pertença dos filhos, tão indispensáveis ao seu desenvolvimento harmonioso, sem descontinuidade e desequilíbrio graves.

Nesse sentido, o Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC) da DPE/RS foi inaugurado em 05 de julho de 2017 e é um espaço que tem por objetivo oferecer à população porto-alegrense o serviço de Mediação de Conflitos

---

<sup>16</sup> Caixa de ferramentas na mediação: Aportes práticos e teóricos. São Paulo: Dash, 2014.



Extrajudicial, além de educação em direitos, por meio de oficinas, valendo-se da divulgação de métodos autocompositivos para solucionar litígios e conflitos familiares. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, 2017). O CRMC foi planejado tendo por base três pilares significativos relacionados às situações familiares vivenciadas pelos agentes de estruturação e implementação, sendo eles: i) “As demandas familiares têm características especiais que necessitam mais tempo e atenção do que a lide tradicional”; ii) “As pessoas envolvidas no litígio têm condições e podem ser estimuladas a empoderar-se para decidir sobre suas próprias vidas”; e iii) “Acredita-se que o diálogo sincero e profícuo pode emancipar pessoas” (CARDOSO, 2017, no prelo).

Por meio dos dados fornecidos pelo CRMC, bem como pela análise qualitativa de Cardoso (2017, no prelo) acerca das mediações realizadas pelo Centro, pode-se inferir que a “vida real”, compreendida como a lide sociológica, é muito mais complexa do que a lide processual, uma vez que durante as sessões de mediação, muitas das questões peculiares das relações familiares vêm à tona. A título exemplificativo, como forma de se demonstrar o comparativo proposto entre a lide processual e a lide sociológica, tem-se que o tema mais corriqueiro nas Mediações Familiares realizadas no CRMC é relacionado às relações de filiação, o que inclui, definições sobre a residência, forma como a convivência será realizada e questões atinentes ao sustento (CARDOSO, 2017, no prelo). Os referidos temas são característicos das demandas familiares no que tange aos processos judiciais, sendo costumeiramente relacionados às ações de família. Contudo, chama a atenção que nas mediações em que se discutiram tais temas, outras demandas – que habitualmente não são contempladas pelas eventuais ações judiciais – foram suscitadas e debatidas pelos mediandos.

Acerca destas demandas específicas, podem-se destacar as situações peculiares envolvendo os cuidados dos filhos crianças e adolescentes, quando estão na companhia do outro genitor. É dizer, durante as sessões, os mediandos trouxeram algumas necessidades de cuidado específico com o filho, como forma de pedido a ser atendido pelo outro genitor. Outra questão relevante diz respeito à forma estrita e específica de como a convivência vai ocorrer. Os dados revelam hipóteses bem detalhadas da forma, ao passo que as pessoas envolvidas

demonstram a necessidade de pormenorizar o *modus operandi*<sup>17</sup> da convivência. (CARDOSO, 2017, no prelo). Também, percebe-se a preocupação dos mediandos de tratarem de alguma especificidade sobre comunicação, bem como sobre o bem estar dos filhos. Ressalta-se, aqui, que o volume de detalhes das necessidades de cada uma das situações, geralmente, não encontra resguardo no Processo Judicial (lide processual).

Justamente sobre a lide processual referida é que se verifica que a guarda formal não é uma preocupação latente dos mediandos. De modo contrário ao que afirma a doutrina familista, os mediandos não apresentam, em regra, a necessidade de fixar a guarda alternada entre o pai e a mãe. Entretanto, com relação à moradia, o mesmo não pode ser dito, pois os mediando apresentam categoricamente a necessidade de se instituir a base de residência (CARDOSO, 2017, no prelo).

Diante dos dados e da análise qualitativa referida acima, propõe-se apresentar o seguinte esquema comparativo entre lide processual e lide sociológica, tendo como exemplo uma ação em que se discute relação de filiação (Modificação de Guarda) e algumas das demandas específicas que surgem a partir dela:

**Quadro 03 – Exemplo comparativo: Lide Processual X Lide Sociológica**



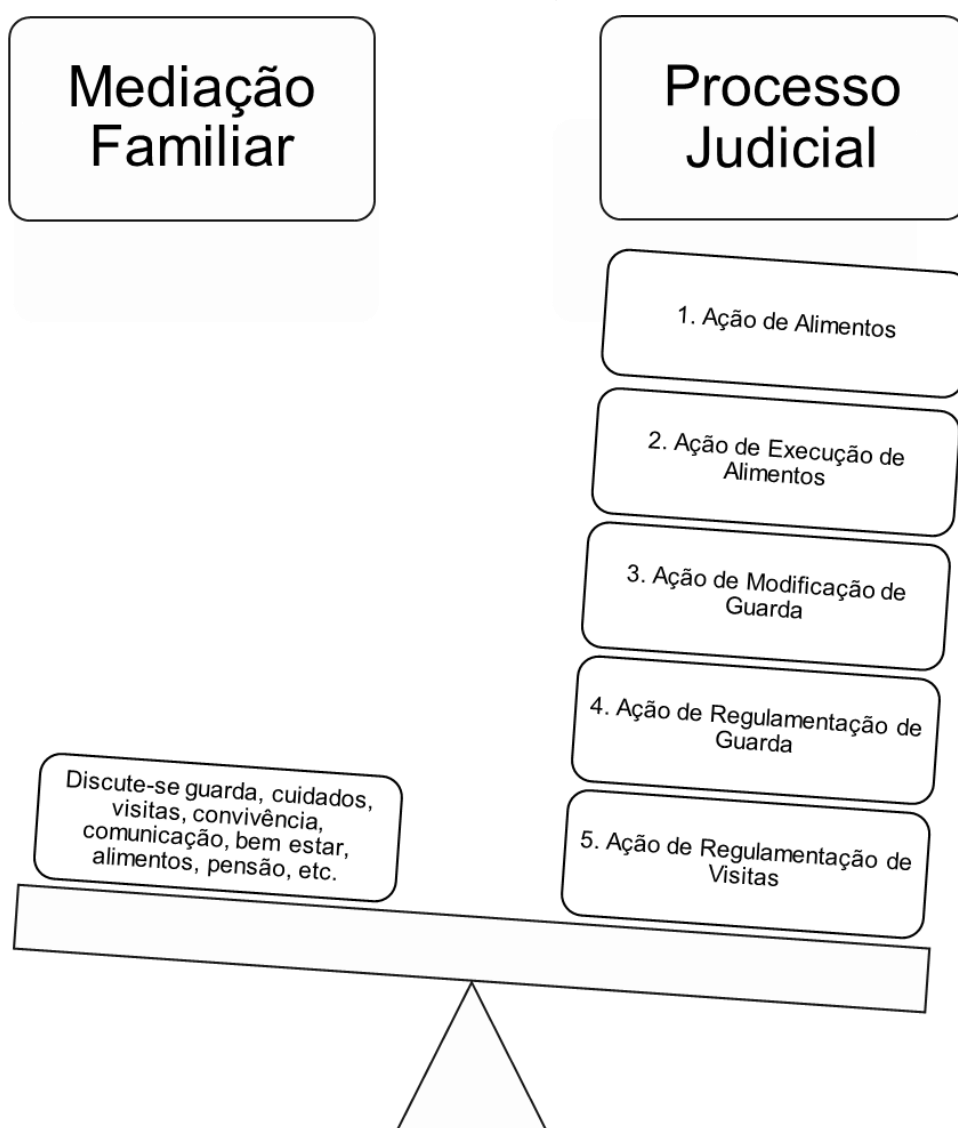
Fonte: Elaboração Própria com dados de Cardoso (2017, no prelo).

<sup>17</sup> Entendido aqui por “modo de operação”, ou seja, a maneira de agir, forma de executar determinada atividade (definição própria).

Nota-se, pelo Quadro 03, que da lide processual de uma Ação de Modificação de Guarda podem surgir diversas situações atinentes à lide sociológica, as quais são incapazes de serem debatidas em juízo. O objetivo do esquema acima é representar uma balança, justamente para simbolizar o “peso” que o volume de complexidades familiares possui diante de uma Ação Processual.

Ainda com base nos dados e na análise de Cardoso (2017, no prelo), apresenta-se novo esquema exemplificativo, mas agora sobre outro viés, comparando o conflito familiar acima advindo da relação de filiação, sendo tratado na Mediação e no Processo Judicial:

**Quadro 04 – Exemplo comparativo: Mediação Familiar e Processo Judicial**



Fonte: Elaboração Própria com dados de Cardoso (2017, no prelo) e de Araújo Júnior (2016).

Inferese, pelos esquemas acima (Quadros 03 e 04), que a Mediação Familiar, além de abarcar todos os aspectos da lide sociológica não albergados pelo Processo Judicial, também é capaz de tratar dos diferentes conflitos que dariam origem a diversas ações judiciais. Isto é, uma Mediação Familiar pode abordar situações que, caso fossem terceirizadas ao Sistema Judicial, originariam diferentes processos familistas, os quais, provavelmente, demandariam gastos e tempo excessivo.

O método do Processo Judicial adota um sistema de ataque e defesa, o que, conforme Leite (2008, p. 107), agrava-se pela necessidade de prova que transpassa questões íntimas e delicadas das famílias e radicaliza o conflito. A ideia a ser buscada, não é a extinção da solução judicial, a qual é sempre válida nas situações de total inviabilidade de diálogo. Contudo, há de se compreender que ela é limitada em comparação a outros sistemas de solução, como no caso da Mediação. (LEITE, 2008, p. 108).

Comparando as duas vias (Processual x Mediação), a Mediação está centrada na composição, enquanto o Processo Judicial conduz ao litígio e discórdia, que só tendem a aumentar com o desenrolar de diferentes procedimentos. (LEITE, 2008, p. 110). Na Mediação Familiar, muitos homens e mulheres permanecem face a face na desconfiança, ou antes, de costas, sem comunicação, sem se compreender, face a suas amarguras, seus rancores e seus conflitos. A mediação familiar tornou-se um utensílio de comunicação útil para a sociedade a fim de melhor construir a igualdade, o equilíbrio e o direito entre os homens e as mulheres, dos quais os filhos tem tanta necessidade (LEITE, 2008, p. 141).

Assim, ao se questionar “Qué persigue la mediación familiar?”, Fuentevilla (2006) afirma que a Mediação Familiar tem como escopo facilitar a comunicação entre os membros da família em conflito. Gerar melhores alternativas de solução. Evitar o rompimento familiar. Romper o círculo vicioso de ataques e defesas. Resolver as verdadeiras causas do antagonismo. Chegar a acordos reais. Transigir. Evitar litígios. Escutar as crianças e realizar esforço multidisciplinar par obter os melhores resultados. (FUENTEVILLA, 2006). No mesmo sentido, Rosa (2012, p. 167) afirma que através da Mediação Familiar, busca-se que os atores do *script* da vida em família assumam um novo papel: o de protagonistas de uma nova história.

Até mesmo para aqueles mais formais, que gostam de seguir à risca os ditames do ordenamento jurídico, Barbosa (2004) vem apontar que muito antes das

Leis que regulam a Mediação Familiar, ela já era recepcionada pelos princípios norteadores do Código Civil Brasileiro (CC): a eticidade, a socialidade e a operabilidade. Esses princípios insculpidos no CC, dão base para que a Mediação tenha como escopo ser o instrumento utilizado para aplicar as normas de Direito de Família com apoio em estudos interdisciplinares. A autora afirma, ainda, que a Mediação Familiar é uma prática que envolve três fundamentos principais: respeito à lei, respeito ao outro e respeito a si próprio. (BARBOSA, 2004).

Assim, a proposta da mediação, portanto, é inovadora, pois convida a própria família a tomar as decisões de seus problemas, deslocando a responsabilidade estatal do poder judiciário para a esfera privada, ao passo que as próprias partes se tornam responsáveis pela decisão de matéria de seu interesse, de acordo com a dinâmica de cada grupo familiar. (LEITE, 2008, p. 109).

Por fim, percebe-se que as complexidades e peculiaridades das relações familiares são melhores exploradas dentro da mediação, razão que faz do instituto um meio mais adequado para solucionar os conflitos dessa natureza, se comparado ao judiciário. Como visto, o objetivo da Mediação Familiar não se limita a solucionar o conflito ou encontrar um acordo mutuamente aceitável às partes. Ela busca dar espaço para que a lide sociológica venha à tona e seja dialogada pelas partes, incentivando a comunicação e empoderando os membros da família a se tornarem os protagonistas da solução de suas questões tão particulares.

## 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho estudou o instituto da Mediação Familiar, sob uma perspectiva interdisciplinar, como forma de compreender quais são as peculiaridades das relações familiares que fazem com que esse método seja mais adequado para lidar com os conflitos dessa natureza. O primeiro capítulo trouxe uma releitura bibliográfica e histórica do instituto da Mediação de Conflitos, de maneira geral, abordando sua tutela jurídica no ordenamento brasileiro, bem como as particularidades legais da Mediação Familiar.

Percebeu-se como é importante o estudo da Mediação Familiar, uma vez que apenas o sistema judiciário tradicional não tem sido suficiente para dar uma resposta efetiva aos conflitos familiares. Quando se iniciou o movimento das ADRs, a lógica era que a Mediação seria um método “alternativo” ao judiciário. Todavia, entende-se hoje que ele é “adequado” e “necessário” socialmente. A Mediação não é mais uma “alternativa” ao judiciário, pois, como visto ao longo deste trabalho, ela é um método complementar a este e muito mais adequado para lidar com determinados tipos de conflitos, em especial os de natureza familiar.

É nesse sentido que o presente trabalho apresenta sua relevância ao meio acadêmico, tendo em vista que um instituto tão importante jurídico e socialmente, como a Mediação, com impactos reais e transformadores, necessita ser objeto de estudo dentro da academia. Este trabalho, juntamente com outros que também abordam o tema da Mediação de Conflitos e de métodos autocompositivos, caminham no sentido de divulgação dessa perspectiva de tratamento adequado de conflitos, a qual, infelizmente, ainda não recebe a atenção necessária dentro das universidades.

Assim, ao se falar especificamente das peculiaridades das relações familiares, o referencial teórico estudado apontou que estas possuem sua origem no amor e no envolvimento afetivo, os quais são elementos estruturantes das famílias. O conflito familiar envolve indivíduos intimamente relacionados e é único diante da grande carga afetiva que transpassa os sujeitos envolvidos. Independente do tipo de conflito familiar, ele diz respeito a indivíduos que carregam uma história de sentimentos, a qual é potencializada, positiva ou negativamente, por fatores que se somam a essa história no decorrer do vínculo. Assim, foi possível concluir que o

conflito familiar é diferente de qualquer outro conflito experimentado pelo sujeito, em face da relevância e importância que a família desempenha para o indivíduo.

Ademais, a abordagem interdisciplinar utilizada para tratar das relações em família contribuiu para explicar essa complexidade referida acerca de seus conflitos. O viés da psicologia, da antropologia e da sociologia revelou como há uma necessidade diferenciada para trabalhar com as questões envolvendo família, principalmente diante das percepções buscadas na psicanálise, as quais explicaram a subjetividade inconsciente que o sujeito carrega dentro de sua família.

Ao se analisar os processos judiciais envolvendo a matéria de família, dando ênfase às ações relativas à conjugalidade e filiação, percebeu-se que o objetivo do processo judicial é pôr um fim à lide processual, e não necessariamente à lide sociológica. O escopo do processo é a obtenção de atos jurídicos, contudo, por trás disso há necessidades e interesses subjetivos que requerem um tratamento especial. Observa-se, assim, que a lide sociológica comumente aparece nas ações envolvendo a matéria de família, principalmente quando se está a falar das relações de conjugalidade e filiação, todavia, esses aspectos subjetivos não encontram espaço dentro do modelo tradicional de processo.

Ainda, com base nos dados das mediações realizadas no Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC) da DPE/RS, foi possível perceber de que modo, na prática, a lide sociológica aparece em uma sessão de Mediação. Os dados revelaram que diversas questões não albergadas pelo Processo Judicial, como, por exemplo, combinações sobre visitas e *modus operandi* da convivência, são tratadas e acordadas durante esse método autocompositivo. Além disso, um único procedimento de Mediação é capaz de evitar a origem de diversas ações processuais, uma vez que os diferentes assuntos que seriam tratados nesses múltiplos processos podem ser conjuntamente trabalhados durante as sessões de Mediação.

Nesse sentido percebe-se que o escopo da Mediação Familiar vai além da simples solução do conflito. Ela busca reestabelecer a comunicação entre os envolvidos, prevenindo novas disputas e empoderando as partes para se sentirem protagonistas de suas questões. A Mediação Familiar é verdadeiramente uma mudança de paradigma cultural, pois as famílias ainda não estão acostumadas com a ideia de participar ativamente da solução de seus problemas.

Percebe-se, assim, que os objetivos inicialmente propostos na introdução desta monografia foram alcançados, mas não esgotados. Foi possível demonstrar por meio da análise prática de dados obtidos junto ao CRMC da DPE/RS que a Mediação Familiar é um meio mais adequado para lidar com os conflitos dessa natureza, justamente por dar espaço para que as complexidades das famílias possam se fazer presentes.

Ainda, válido trazer a reflexão surgida durante a pesquisa de que nem todos os casos familiares são plausíveis de serem mediados. Em determinadas situações, quando há envolvimento de violência, por exemplo, a Mediação pode não ser o espaço adequado para tratar esse tipo de conflito. Nessa seara, percebeu-se que a obrigatoriedade de audiência de Mediação após o ajuizamento da ação familiar, trazida com o Código de Processo Civil de 2015, deve possuir limites no princípio da autonomia da vontade das partes. Ainda que se compreenda o papel pedagógico dessa obrigatoriedade, como forma de levar à população o conhecimento sobre esse novo método que surge judicialmente, há que ser ponderado a partir de que ponto ela deixaria de ser obrigatória.

Por fim, ressalta-se que esta monografia não traz conclusões fechadas e definitivas, uma vez que não esgota os objetivos inicialmente propostos. Há um vasto campo da Mediação Familiar para ser explorado, carecendo, principalmente, de aportes práticos como forma de validar a teoria já existente. Para futuras evoluções dessa pesquisa, sugere-se aprofundar a comparação prática entre lide sociológica e lide processual, abrindo novas possibilidades de investigação e continuando com a lógica de divulgação e promoção da Mediação Familiar dentro do meio acadêmico.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Barbosa de; JÚNIOR, Walsir Edson Rodrigues. **Direito Civil: Família**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2008.

ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil**: cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN: 9788597004106.

AZEVEDO, André Gomma. **Manual de Mediação Judicial**. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2013.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ALMEIDA, Tania. **Caixa de ferramentas na mediação: Aportes práticos e teóricos**. São Paulo: Dash, 2014.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados Especiais**: a nova mediação paraprocessual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

BACELLAR, Roberto Portugal; LAGRASTA, Valeria Ferioli (org.). **Conciliação e Mediação**: ensino em construção. São Paulo: IPAM, 2016.

BARBOSA, Águida Arruda. Mediação Familiar: Instrumento para a reforma do judiciário. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 29-39.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada 2ª ed. 1988, 1993. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2017. 2015a.

BRASIL. Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm)>. Acesso em: 14 nov. 2017. 2015b.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e da conciliação**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Substitutivo. **Agência de Notícias**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/70074.html>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CARDOSO, Simone Tassinari. **Análise qualitativa das mediações realizadas no Centro de Referência em Mediação e Conciliação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**. No prelo, 2017.

CARVALHO FILHO, João Gualberto Teixeira de. O conceito de família na teoria psicanalítica: uma breve revisão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 3, n. 1, p. 117-121, 2008.

CEZAR-FERREIRA, Verônica A. da Motta. **Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica**. 2ª ed. São Paulo: Método, 2004.

CONIMA. **Código de Ética para Mediadores**. Disponível em <[http://www.conima.org.br/codigo\\_etica\\_med](http://www.conima.org.br/codigo_etica_med)>. Acesso em: 02 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - BRASIL. **Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010**. Conselho Nacional de Justiça. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atosadministrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: EDAMERIS, 1961.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (Rio Grande do Sul). **Centro de Referência em Mediação e Conciliação encerra atividades de 2017 com cerca de 300 mediações**. 2017. Texto: Vinicius Flores/AscomDPERS. Disponível em: <<http://www.defensoria.rs.def.br/conteudo/30410/centro-de-referencia-em-mediacao-e-conciliacao-encerra-atividades-de-2017-com-cerca-de-300-mediacoes->>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DURKHEIM, Émile. *La famille conjugale*. In: \_\_\_\_\_; **Textes 3**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1975. p. 35-49.

\_\_\_\_\_. *La prohibition de l'inceste et ses origines*. **L'Année sociologique**, Paris, 1896, v. 1, p. 1-70.

EGGER, Ildemar. **Cultura da Paz e Mediação**: uma experiência com adolescentes. Fundação Boiteux, 2008.

FARIAS, Juliana Guanaes Silva de Carvalho. Panorama da Mediação no Brasil: Avanços e Fatores Críticos Diante do Marco Legal. **Direito UNIFACS**, n. 188. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4099/2812>>. Acesso em: 11 out. 2017.

FGV-CPDOC. Zulaie Cobra Ribeiro. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/zulaie-cobra-ribeiro>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FOLBERG, Jay; TAYLOR, Alison. **Mediación: Resolución de Conflictos sin Litigio**. México: Editorial Limusa (Grupo Noriega Editores), 1996.

FOLEY, Gláucia Falsarella. **Justiça Comunitária**: por uma justiça de emancipação. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. **Teoria Geral do Conflito – Visão do Direito**. In: BACELLAR, Roberto Portugal; LAGRASTA, Valeria Ferioli (org.). Conciliação e Mediação ensino em construção. São Paulo: IPAM, 2016.

FREUD, Sigmund. **Compêndio da psicanálise**. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

FUENTEVILLA, Julián Güitrón. La Mediación y el Consejo de Familia. In: CARLUCCI, Aída Kemelmajer de; GALLARDO, Leonardo B. Pérez (Org.). **Nuevos perfiles del derecho de familia**: Libro homenaje a la profesora Dra. Olga Mesa Castillo. Santa Fe: Rubinzal-culzoni, 2006. p. 413-431.

GÓMEZ, Pilar Munuera. El modelo circular narrativo de Sara Cobb y sus técnicas. **Portuãria**, Universidade de Huelva, vol. VII, n. 1-2. 2007. Disponível em: <[http://eprints.ucm.es/5678/1/\\_Modelo\\_circular\\_narra\\_P\\_Munuera.pdf](http://eprints.ucm.es/5678/1/_Modelo_circular_narra_P_Munuera.pdf)>. ISSN 1578-0236.

GOODE, William J., The Sociology of the Family. Horizons in Family Theory. In: Robert K. Merton, Leonard Broom and Leonard S. Cottrell, Jr., **Sociology Today**. Problems and Prospects. New York, NY: Basic Books, Inc., 1960: 180-196.

GRACIA FUSTER, Enrique; MUSITU OCHOA, Gonzalo. **Psicología social de la familia**. Barcelona: Paidós, 2000.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Os Fundamentos da Justiça Conciliativa**. In: \_\_\_\_\_; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (Orgs.). **Mediação e Gerenciamento do Processo**. São Paulo: Atlas, 2008.

KAFKA, Franz. **O Processo**; prefácio e tradução de Torrieri Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

LAGO, Cristiano Álvares Valladares do; LAGO, Andréa Menezes Rios Valladares do. **Mediação no Direito de Família**. Revista de Direito Privado, vol. 11/2002, p. 84-120, jul.-set. 2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A mediação nos processos de família ou meio de reduzir o litígio em favor do consenso**. In: \_\_\_\_\_. *Grandes Temas da Atualidade*: V. 07-Mediação, Arbitragem e Conciliação. São Paulo: Editora Forense, 2005.

LESSA NETO, João Luiz. **O procedimento especial das ações de família no Novo CPC e a Mediação**. Disponível em: < [http://www.rkladvocacia.com/o-procedimento-especial-das-acoes-de-familia-no-novo-cpc-e-mediacao/#\\_ftnref5](http://www.rkladvocacia.com/o-procedimento-especial-das-acoes-de-familia-no-novo-cpc-e-mediacao/#_ftnref5) >. Acesso em: 19 nov. 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. Durkheim e a Família: Da Introdução à Sociologia da Família à Família conjugal. **Revista Antropológicas**, v. 16, p. 7-30, 2005.

MUNIZ, Tânia Lobo. O conflito, os modelos de solução, o acesso à justiça e a estrutura oficial de solução de conflitos. In: \_\_\_\_\_, DE ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger. **Estudos em direito negocial e os mecanismos contemporâneos de resolução de conflitos**. 1ª Ed. Birigui/SP: Boreal Editora, 2014.

NAZARETH, Eliana Riberti. Psicanálise e mediação: meios efetivos de ação. **Revista do Advogado**, São Paulo, n. 62, 2001. p. 49-58.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 9. ed. São Paulo: JusPodivm, 2017.

NOBRE, Luis Fernando. *Terapia Familiar: uma visão sistêmica*. PY, Luis Alberto; et al (Orgs.). **Grupo sobre grupo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

OLIVEIRA, Hertha Helena Rollemberg Padilha de. *Legislação Brasileira sobre Conciliação/Mediação (Constituições, Juizados Especiais Cíveis, CPC, Lei do Divórcio, Projetos de Lei)*. In: BACELLAR, Roberto Portugal; LAGRASTA, Valeria Ferioli (org.). **Conciliação e Mediação: ensino em construção**. São Paulo: IPAM, 2016.

OLIVEIRA, Luthyana Demarchi de; SPENGLER, Fabiana Marion. **O fórum múltiplas portas como política pública de acesso à justiça e à pacificação social**. Curitiba: Multideia, 2013.

PACHECO, Roberta do Carmo. *A mediação de conflitos e o novo CPC: comentários sobre os dispositivos do PL 8046/10*. **Novos Direitos - Revista Acadêmica do Instituto de ciências jurídicas (ICJ)**. Editora Alfredo Nasser, 2013. Disponível em <<http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICJ/article/view/23/20>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução n. 04, de 09 de abril de 2012 - Órgão Especial. **TJRS**. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/doc/Res\\_04\\_2012\\_OE.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/doc/Res_04_2012_OE.pdf)>.

ROBLES, Tatiana. **Mediação e direito de família**. São Paulo: Ícone, 2009. p. 51.

RORATO, Ângela Martins. **Comparativo entre a Lide Jurídica e a Lide Sociológica na Mediação Judicial**. No prelo, 2017.

ROSA, Conrado Paulino da. **Desatando nós e criando laços: os novos desafios da mediação familiar**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Mediare: um guia prático para mediadores**. 3ª ed. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2010.

SANTANNA, Ana Carolina Squadri. **O Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição e a Resolução de Conflitos**. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2015.

SANTOS, Josilaine Gonçalves; MORAES, Letícia de; MENEZES, Thaís Vargas. *Ogros não vivem felizes para sempre: um debate sobre relacionamentos idealizados*. In: BRITO, Leila Maria Torraca de (Org.). **Famílias e separações: perspectivas da Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008. p. 241-270.

SCHNITMAN, Dora Fried; LITTLEJOHN, Stephen. **Novos paradigmas em mediação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SERPA, Maria de Nazareth. **Mediação de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

SILVA, Antônio Hélio. Arbitragem, mediação e conciliação. In: LEITE, Eduardo de Oliveira. **Grandes Temas da Atualidade**: v. 07- Mediação, Arbitragem e Conciliação. São Paulo: Editora Forense, 2005.

STREY, Marlene Neves. Gênero, família e sociedade. In: \_\_\_\_\_; SILVA NETO, João Alves da; HORTA, Rogério Lessa (Orgs.). **Família e Gênero**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2007. p. 17-38.

TARTUCE, Fernanda. Encaminhamento consensual das ações de família no regime do Novo Código de Processo Civil. **Revista IBDFAM**, Belo Horizonte, n. 13, p.1-10, 2016.

THOMÉ, Liane Maria Busnello. **Dignidade da Pessoa Humana e Mediação Familiar**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.

VEZZULLA, Juan Carlos. **Mediação: teoria e prática. Guia para utilizadores e profissionais**. Lisboa: Agora Publicações, 2001.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na pororoca: o ofício do mediador**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

## ANEXO A

## COMPARATIVO ENTRE A LIDE JURÍDICA E A LIDE SOCIOLÓGICA NA MEDIAÇÃO JUDICIAL FAMILIAR.

Orientadora: Profª Simone Tassinari Cardoso.

Pesquisadora: Ângela Martins Rorato

UFRGS

### Método Heterocompositivo

Método de resolução de conflitos em que um terceiro, com autoridade investida pelo Estado, é incumbido de solucionar questões trazidas num processo judicial.

- O Juíz

É o responsável por emitir uma sentença, baseado nas leis, que tragam soluções para as demandas processuais trazidas até o judiciário.

- O Advogado

Quando um casal se separa, busca o auxílio do Advogado para resolver as questões legais que envolvem a lide processual.

- As Partes

O casal parental se torna “parte” no processo e sua voz passa a ser a do advogado.

- A Sentença Judicial

O Juiz analisa o caso e emite uma sentença, resolvendo a lide processual. A sentença muitas vezes não contempla as necessidades das pessoas envolvidas num processo de separação, não solucionando a lide sociológica e o conflito familiar tende a aumentar.

### Método Autocompositivo

Métodos que oferecem a possibilidade de se chegar a um entendimento, a um consenso, à paz, ou a um acordo, com o auxílio de um Mediador.

- O Mediador

Terceiro imparcial, responsável pela condução da técnica do procedimento, com a responsabilidade de facilitar o diálogo entre os mediandos, para que eles próprios possam chegar a um entendimento.

- A Mediação

A Mediação leva em conta as questões, interesses e necessidades dos envolvidos, é um procedimento voluntário e confidencial. O acordo é uma consequência, não o foco da mediação.

- Os Mediandos

Os envolvidos em conflitos familiares que aceitam participar de forma voluntária da mediação são os protagonistas do procedimento e se tornam responsáveis pelas decisões tomadas em conjunto, auxiliados pelo mediador.

### Objetivo da pesquisa

Fazer uma análise comparativa dos resultados de entrevistas feitas com juízes e mediadores, para que se possa compreender quais as principais demandas da lide processual, enviadas para serem tratadas na mediação e quais as questões que são tratadas nas sessões de mediação. Com o intuito de assim poder entender quais são os pontos que poderiam ser melhor trabalhados em mediação para que, ao retornar o processo ao Juiz para homologação, quando há acordo, este possa ver cumpridos os aspectos legais relevantes e concernentes ao processo original, assim como quais as diferenças e semelhanças entre uma demanda e outra.

Alguns levantamentos feitos através de questionário aplicado aos mediadores revelam até agora que:

